

LEITURAS



Ramos, Fernando Mora; Rodrigues, Américo; Ferreira, José Luís; Portela, Manuel

Quatro ensaios à Boca de Cena,

Livros Cotovia, Lisboa, 2009.

Com um prefácio de José Gil, quatro autores reflectem sobre o teatro em Portugal e no mundo. Fernando Mora Ramos, actor e encenador, lança um primeiro desafio: “O que caracteriza a democracia portuguesa é o défice de polémica qualificada e de conteúdos de liberdade, o espaço e o tempo da sua existência. Não há liberdade sem circulação e geração de ideias e o teatro é um meio privilegiado de geração de ideias” (p. 18).

Mora Ramos manifesta-se contra o “teatro linear”, fruto da inércia reinante, que não contribui para a reflexão, bem como contra as cada vez mais banalizadas “indústrias criativas” que se afirmam pelo lado da banalização e generalização mercantis da arte – tudo é arte, logo nada é arte. O teatro deverá pois reconquistar a sua dimensão libertadora, não se limitando a reproduzir ou a ocultar a realidade, mas a desvelá-la ou a desmistificar a sua aparência não problemática, tranquila

e indiferente. Neste sentido, “o teatro tem o condão único de ser o espaço que envolvendo uns e outros na mesma caixa acústica e expondo a vida nua e um olhar (des)prevenido, contém um antídoto para a demagogia, invisibilidade poética, experiência cognitiva e emoção que liberta” (pp.23–24).

José Luís Ferreira, coordenador do Departamento de Relações Internacionais do Teatro Nacional de São João, pretende responder à questão: de que se fala quando se fala de cultura? A resposta não é fácil nos tempos que correm, devido à banalização do conceito. Opondo-se a esta banalização – as “indústrias da cultura” transformaram-se em “indústrias criativas” – José Luís Ferreira concebe a cultura como um “ensaio de formas de vida em conjunto realmente livres porque fundadas num estatuto de autonomia crítica que faz de cada cidadão um produtor de sentido, alienando definitivamente o conceito de cidadão passivo, mero destinatário de um produto concebido alhures” (p. 113). Será esta dimensão crítica e libertadora da cultura que deverá orientar as políticas públicas que devem conferir-lhe o seu papel de instrumento de cidadania e de civilização e não de mero entretenimento.

Américo Rodrigues, Director do Teatro Municipal da Guarda, defende a exigência de descentralização cultural, pois “os cidadãos deste país deverão ter idênticas oportunidades de acederem a uma oferta cultural de qualidade” (p. 67). O autor defende a necessidade de criar uma verdadeira rede nacional de teatros e cine-teatros. Mas, para isso, não basta construir teatros e cine-teatros nas capitais de distrito, pois, para além da programação dramática, condição indispensável, é necessário todo um conjunto de condições logísticas sem as quais nada pode funcionar: técnicos de som, figurinistas, directores de som, para além de actores, encenadores e companhias.

Manuel Portela, Professor no Departamento de Línguas e Literaturas da Faculdade de Letras de Coimbra, reflecte sobre a sua experiência como Director do Teatro Académico de Gil Vicente, iniciada em 2005 e interrompida em 2008. O seu tema central é a análise das condicionantes externas do acto de programar que “não podendo definir o seu próprio contexto, é determinado pelo lugar das instituições no processo de reprodução das relações sociais

de produção cultural, designadamente na produção desigual dos recursos de produção e recepção artística” (p. 158), as quais, acabam por determinar as “escolhas políticas” dos próprios programadores (pp. 161–163).

“Quatro Ensaios à Boca de Cena” é uma reflexão multifacetada e profunda sobre o teatro e a cultura que é urgente ler, pois, como diz José Gil no seu Prefácio, o livro inscreve-se “num território mental – o da natureza e história do teatro e das exigências de um teatro contemporâneo à medida do nosso futuro enquanto colectividade que, através da sua língua e do seu desejo, tenta devir livremente “o que é” (p. 12).

SITES



CINEMATECA

<http://www.cinemateca.pt/entrada.asp>

Site da Cinemateca Portuguesa.

Notícias, Programação, Informações.

BLOGS



BIOTERRA

<http://bioterra.blogspot.com/>

Blogue do Professor de Biologia João Soares com muita informação para educação ambiental.



BITAITES

<http://bitaites.org/>

Blogue generalista com um trato cuidadoso, abordando temas desde a actualidade política, a novidades científicas.

OS HORÁRIOS DOS PROFESSORES A GESTÃO DAS ESCOLAS/AGRUPAMENTOS

Certamente não se notará nestes primeiros dias do 3º período, após uma inevitável pausa nas actividades lectivas. Mas todos nós sentimos que, ao longo de cada período escolar, os professores ficam rapidamente “esgotados”. Para tal estado, contribuirão certamente diversos factores. Mas um de entre eles sobressai de forma inequívoca: a barba-ridade dos horários dos docentes. Às horas lectivas (i.e. das aulas) acrescentam-se inúmeras outras horas de trabalho na escola. Chamam-se “não lectivas” – e como tal incluídas na parte do horário chamada “não lectiva de estabelecimento” – as actividades desenvolvidas de facto com os alunos: apoios, tutorias... Reduzem-se, e muitas vezes a “zero”, horas de redução na carga lectiva que deveriam decorrer do exercício de cargos pedagógicos (conselhos pedagógicos, direcção de turma, coordenação de departamentos/grupos disciplinares, conselho escolares...). Se é verdade que em muitas escolas se pôs já termo à irracionalidade das “aulas de substituição” no modelo que Lurdes Rodrigues impingiu, em outras ainda se “pratica” tal absurdo de colocar um professor perante uma turma que ele não conhece e que os alunos não querem conhecer. Mas, sobretudo, pululam por toda a escola intermináveis reuniões de duração infundável. Reúne-se por tudo e por nada. Nascem como cogumelos projectos e projectinhos, quase sempre sem qualquer valor para as aprendizagens e para a formação dos alunos, mas cuja realização – necessária porque teoricamente dá prestígio à escola – exige inúmeras horas de trabalho que saem...do tempo dos professores que deveria ser dedicado ao trabalho individual que têm de desenvolver.

Dir-se-ia que o bom senso dos directores deveria resolver estas situações. Puro engano: grande parte deles incrementam-nas, salvaguardados pela conivência – quanto mais não seja por omissão – das direcções regionais de educação. Perante o silêncio dos responsáveis do ME, tornam “ocasionais” (e portanto a serem realizadas na componente do tempo de trabalho individual do docente) todas as reuniões, como se fossem meramente “acidentais” as reuniões de departamentos ou de conselhos escolares...Nada há de esperar de directores que entendem a escola como uma empresa gerida burocraticamente, de directores cujo interesse pedagógico nem teórico consegue ser.

A ministra da Educação anunciou que iria “mexer” no horário dos docentes. Até agora, nada fez. Mas é absolutamente inevitável que se abram negociações ou se tomem medidas tão simples como: - considerar lectivo todo o trabalho realizado com alunos, limitar o número de horas de reuniões por mês, sendo o “excesso” transformado em dispensa de outras actividades ou em horas extraordinárias, alargar e fazer cumprir as reduções lectivas pelo exercício de cargos de natureza pedagógica, acabar de vez com aulas de substituição inúteis.

Disto depende em boa medida a melhoria das escolas. Disto e da necessidade de pôr fim à “monarquia absolutista” encarnada pelo actual modelo de gestão, em que o rei reina e constitui a seu belo prazer os coordenadores de departamento e, por essa via, o conselho pedagógico.

Em nome da escola, vamos para esta batalha!

Neste número:



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Gestão das Escolas

15 Cidadania

Buon giorno, notte!

17 Reportagem

Escola Pedro D'Orey da Cunha – Entrevista com António José Gambôa

21 Escola/Professores

21. Nova versão do ECD não pode constar o que não foi negociado

22. Desafios postos ao X Congresso da FENPROF

23. Quem dá menos pelos professores das AEC's?

24. Administração Pública – concentração em Lisboa

Negociações do CCT do Ensino Particular e Cooperativo

25. Quatro pinceladas de negro... breves respingos de branco

26. Novos desafios aos profissionais de Educação na Europa

28. Casa Pia

29. 11 Mulheres na 1ª República

30 Nuno Rilo e Rogério Fernandes – duas grandes perdas

21 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

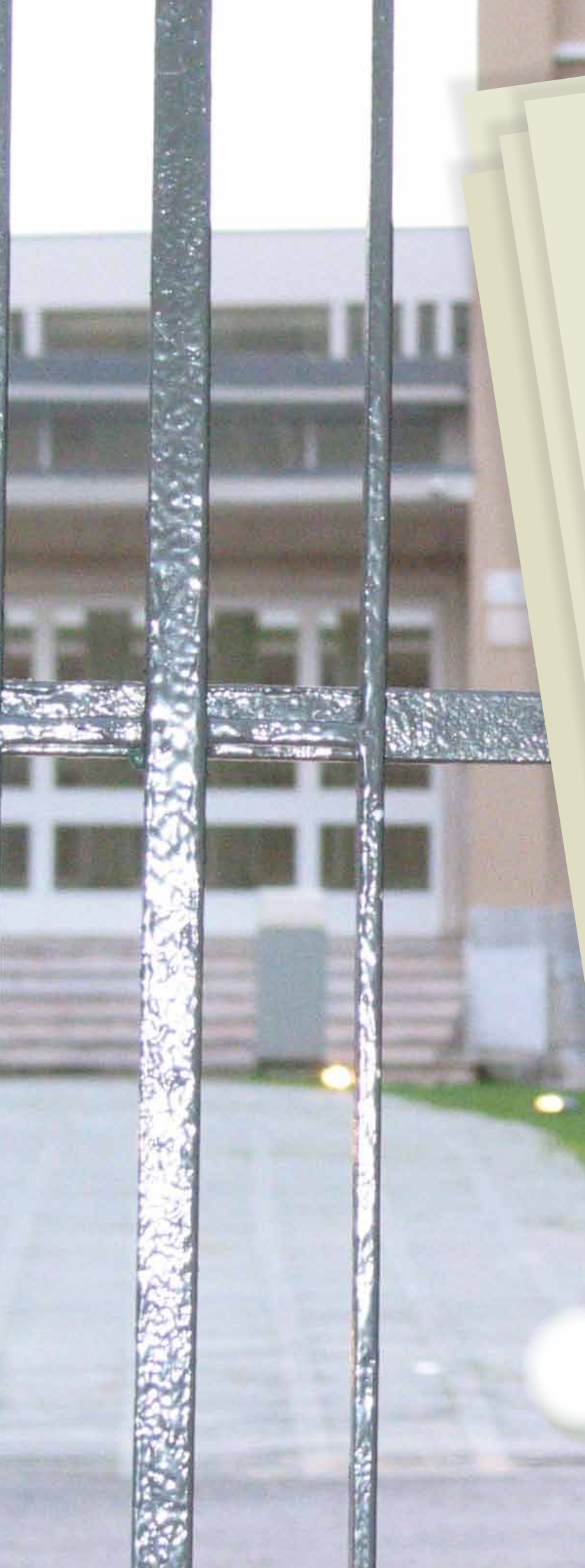
Protecção na Parentalidade



Desafios postos ao X Congresso da FENPROF

PÁGINA 22





ESCOLA INFORMAÇÃO N.º 236 MARÇO 2010

Dossier

■ A participação como elemento fulcral de uma gestão democrática das escolas e a perda iniludível dessa participação num modelo autoritário, foi uma das importantes ideias destacadas na mesa redonda com que abre este dossier, e que reuniu João Jaime, Felizarda Barradas, António Nabarrete e Manuela Mendonça.

O dossier inclui ainda uma síntese das propostas da FENPROF para uma direcção e gestão democrática das escolas e uma nota sobre os projectos de lei, relativos a esta matéria, apresentados pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda. ■

Um debate em torno da gestão das escolas É todo um manancial de participação democrática que se perde

Para falar sobre um tema de incontornável actualidade e premência – a gestão democrática (ou não) das escolas – reunimos em torno de uma mesa João Jaime, director da Escola Secundária de Camões, Felizarda Barradas (co-responsável pelo grupo de trabalho do SPGL) e António Nabarrete, ambos professores e dirigentes do SPGL e Manuela Mendonça, dirigente do SPN, co-responsável pelo grupo de trabalho da FENPROF. Uma conversa em que se aprofundou o tema, cruzando perspectivas e preocupações diversas mas confluentes. Como questão de partida: o que significa, no quotidiano das escolas, o actual modelo de gestão.



João Jaime – É importante fazermos um balanço, na medida em que estamos no primeiro ano deste novo modelo de gestão escolar. E, sobretudo, será necessário reflectirmos sobre que questões este modelo levantou.

Por um lado, penso que as escolas e os professores não sentiram muito o processo. E essa é, a meu ver, a questão mais delicada. O sentimento é que o facto de a escola estar dependente da eleição do director por um conselho geral, leva a que a escola sinta que não participa rigorosamente em nada na escolha da nova equipa.

O DL 115-A/98 – o modelo anterior – permitia pelo menos uma envolvimento da comunidade educativa, nomeadamente dos funcionários, dos professores.

De outras vezes que me candidatei, fui eleito, havia uma percepção de que as pessoas participavam. Sabiam que no dia tantos iam votar, conheciam o programa ou as linhas de acção. Havia uma equipa por trás. Neste momento é só um nome, a pessoa. E isso é redutor. Quer na participação no debate do que se pretende fazer para a escola, o seu

projecto educativo, quer em relação ao conhecimento da equipa que o director (ou eventualmente outro órgão) vai escolher. Não há envolvimento dos professores.



António Nabarrete – Concordo em absoluto com o que o João disse e penso que esse é um aspecto essencial. É um claro corte com a participação no

processo da eleição do órgão de gestão – neste caso unipessoal. Eu continuo a considerar que a questão de ser unipessoal ou ser um colégio – é importante mas não é essencial. A questão essencial tem a ver exactamente com a participação. A participação da escola desaparece.

Anteriormente, apesar de tudo, havia discussão, tentava-se perceber quais eram as linhas programáticas, o que é que os candidatos queriam fazer da escola, ou qual o seu grau de autonomia perante o Ministério de Educação. Esses assuntos eram discutidos. Agora passa-se tudo em gabinetes, programas que são entregues e que são praticamente desconhecidos, análises por pequenos grupos, o próprio conselho geral é feito um bocado a trouche-mouche

e pode acontecer que nem sequer o plenário oiça os candidatos a director. Portanto, considero que nesta escolha do director (eu nem lhe chamo eleição) se perde todo um manancial de participação democrática que havia nas escolas.

Eu lembro que o DL 115-A/98 já permitia a eleição de um director. Um órgão unipessoal em vez de um órgão colectivo. Apesar de tudo o processo era da mesma natureza para os dois. E aí ainda havia essa marca de uma certa participação da escola.

É evidente que o ME aqui responde – e nalgumas escolas isso acontece – que o processo tinha-se tornado rotineiro e que, na prática, o presidente do conselho directivo, ao fim de alguns mandatos, era como se fosse um director. E nós sabemos que em muitas escolas assim é. Mas isso tem a ver com a capacidade que se gera, nas diferentes escolas, de participação.

Agora, com este modelo, essa possibilidade está vedada. Neste momento, mesmo que se queira fazer diferente, não é possível. E eu sei de casos em que se tentou fazer diferente – e o João Jaime é um dos casos –, houve uma apresentação das pessoas que se iria depois chamar. Mas é uma situação muito particular, que não tem a ver com a essên-



cia do modelo.

O modelo é claramente não participativo. É um modelo indirecto. Faz lembrar – eu não queria aqui estar com frases muito fortes – mas faz lembrar de certo modo o colégio eleitoral do presidente da República antes do 25 de Abril.

Um processo de perdas sucessivas



Felizarda Baradas – Estou de acordo com o que foi dito antes. O que me parece é que a chamada “modernização da gestão” tem sido utilizada como

pretexto para reduzir o funcionamento democrático das escolas.

Ora nós pensamos que a modernização e a democracia não são incompatíveis. Uma maior eficácia e qualidade do ensino público, não é de maneira nenhuma incompatível com a democraticidade de funcionamento das escolas.

Vale a pena lembrar aqui uma coisa muito interessante que o Rui Canário escreveu - num artigo intitulado “ Mais uma reforma da gestão das escolas?”, in Cadernos da FEN-

PROF, nº 37 - sobre as mudanças que aconteceram depois do 25 de Abril.

“Como é sabido, na maior parte dos casos, são as escolas que “mudam as reformas” e não o contrário, pelo que as discussões formais em torno dos articulados legislativos que deveriam nortear a actividade das escolas se têm transformado em exercícios de retórica estéril e crescentemente caricatos, com a sucessão vertiginosa de “novos modelos de gestão”. A única mudança de fundo, bem sucedida e que se tem revelado estável e eficaz, do ponto de vista do funcionamento das escolas, foi a que, na sequência do 25 de Abril, resultou da iniciativa dos professores e das escolas, instituindo uma ruptura simbólica e política consagrada em modalidades de gestão baseadas na democracia e na participação.”

E, de facto, logo a seguir ao 25 de Abril, foram os professores que – graças ao seu empenho e ao seu trabalho - implementaram nas escolas aquilo a que se chamou durante muitos anos a gestão democrática. Hoje assiste-se à partidarização da gestão das escolas. E, nalgumas zonas, os partidos tomaram conta do processo. E contabilizam mesmo posições – como se se tratasse de

uma eleição para as câmaras municipais.

Uma outra questão que me parece importante é o que se passa com o conselho pedagógico.

O conselho pedagógico tem vindo a perder poder. O que é estranho. O pedagógico deveria ter supremacia sobre o administrativo. Mas não é assim. À medida que se têm sucedido modelos, o pedagógico tem vindo a perder poder.

Aquela prática extraordinária, que havia, de nos encontrarmos e de reflectirmos e discutirmos as nossas questões pedagógicas e científicas, foi abandonada. E agora há mega-departamentos que reúnem todos os meses e nalgumas escolas acabaram mesmo com os grupos disciplinares. Não há articulação curricular possível no grande grupo, se o pequeno grupo não estiver articulado. Penso que estes mega-departamentos são um dos grandes problemas deste modelo.



Manuela Mendonça – Acho interessante a Felizarda ter trazido aqui esta nota de Rui Canário – uma retrospectiva do início deste

processo de gestão democrática. Ainda ontem estive a escrever um texto em que me propuseram como tema: *gestão democrática, porque faz falta*, e isso levou-me também a olhar para trás, a fazer um balanço do que foram estes trinta e tal anos de democracia no plano da gestão escolar, para procurar perceber o que é que se tem vindo a perder nesta área e porque é que é importante neste momento tentarmos recuperar algum desse espírito da gestão democrática.

Na verdade, como se disse aqui e os estudos apontam nesse sentido, só a seguir à revolução é que se pode considerar que as escolas tiveram a capacidade de definir regras próprias. Foram tempos em que houve uma genuína participação. Aliás Licínio Lima – contra as teses de alguns historiadores que dizem que naquela altura se viveu o caos nas escolas – defende que aquela foi a única altura em que as escolas foram verdadeiramente autónomas. Em que as pessoas participaram e tomaram efectivamente decisões ao nível da auto-gestão pedagógica.

Considero que, apesar de tudo, a gestão democrática – que até está consagrada constitucionalmente – ficou sempre como uma espécie de garante de alguma democraticidade ao nível da organização escolar, nomeadamente na elegibilidade e na colegialidade de alguns órgãos. E foi isso que, recentemente – com a saída do DL 75/2008 – se veio a perder.

Há aqui um processo de perdas sucessivas, do ponto de vista da gestão democrática, como a entendíamos – o direito/dever dos vários actores de participarem, dinamizarem projectos ao nível das escolas, projectos que eram concebidos, concretizados e avaliados colectivamente. Perda de participação. Porque, de facto, essa participação é uma das palavras-chave da escola democrática. Dessas sucessivas perdas, a maior – e a que estabelece aqui um modelo diferente – é esta última. Trata-se de um modelo gerencialista. Aqui a figura que é central do ponto de vista da organização é o director. É um órgão de gestão unipessoal, de cariz tecnocrático, de quem se espera que responda por tudo o que de bom ou de mau acontece na escola.

Mesmo ao nível europeu, uma das conclusões é que esta excessiva

centralização de responsabilidade nos directores é um modelo que falhou. E que se tem que apostar em lideranças mais colegiais, lideranças mais partilhadas, mais colectivas.

A própria legislação impede de facto a autonomia de funcionar

António Nabarrete – Só uma nota transversal a tudo isto – curiosamente, com esta alteração na participação, está tudo cheio da palavra autonomia. Na verdade havia mais autonomia na gestão das escolas quando nem sequer se falava de autonomia nos documentos sobre a gestão. E isto porquê? Por um lado a palavra autonomia aparece para compensar a ausência de participação. E, por outro, o governo quer ter um interlocutor que seja mais fácil de dobrar para impor as suas medidas burocrático-administrativas e, claramente, pôr em causa as questões essenciais – pedagógicas – das escolas.

João Jaime – Queria abordar aqui um outro assunto. É evidente que, em 30 anos de gestão democrática (um pouco mais), houve algo em que nos fomos apercebendo que as coisas se estavam a degradar – a participação. Eu penso que a participação democrática só existe quando há alternativas. E alternativas que sejam fortes.

E o que aconteceu nos últimos 30 anos na educação, sobretudo na área da gestão, foi que alguns foram ficando por inerência, iam renovando os mandatos. E não havia mais ninguém. Houve escolas nomeadamente em que os delegados recorreram à rotatividade. E este modelo trouxe uma situação nova – o aparecimento de vários candidatos.

Este é um aspecto de que me parece importante tomar consciência. Penso que tem que haver formação para os professores que se dediquem à gestão. Porque vamos deparar com questões administrativas, jurídicas. É importante valorizar o papel de quem vai para a gestão – no sentido de ter formação, de ter condições de trabalho.

Agora, falando de autonomia, há uma situação que o ME nunca alterou. Toda a orgânica do ministério continua a funcionar da mesma maneira. As direcções regionais estão a

perder cada vez mais funções, mas continua a haver não sei quantos organismos. Porque é que há debate sobre a gestão, e a estrutura que é o Ministério da Educação – um dos problemas todos os ministérios é o grande número de micro-organismos que existem lá dentro – essa nunca é discutida? E seria fundamental. Porque nunca vai haver autonomia séria enquanto a dependência destas organizações existir.

O ME quer manter as estruturas e desta forma manter o “controlo” das escolas. E esta é a determinação principal de todo este processo.

Felizarda Barradas – Um dos problemas que penso que temos aqui em Portugal é a falta de avaliação das reformas, dos modelos de gestão, etc. Muda governo, muda ministro e, inclusivamente dentro do mesmo partido muda o ministro, e muda a orientação. E nós, nas escolas, não aguentamos mais estas mudanças todas.

Ora o relatório de avaliação do 172/91 dizia, no fundo, que era o todo que tinha que ser mexido. E é isso que caracteriza as organizações – quando se muda uma parte, o todo deverá também ser mexido, não pode continuar na mesma. Mas o que está a acontecer é que se mexe em coisas importantes, mas o ME continua com a mesma estrutura.

Estas medidas não têm nada a ver com dar autonomia. As mexidas na gestão das escolas têm a ver com o controle do Ministério da Educação. Não querem nada descentralizar. Querem é controlar. Ao contrário do que deveria ser.

E por isso é que o actual modelo é quase uma cópia do 172/91, que foi avaliado e que se viu que não servia. Acrescentaram-lhe apenas umas pequenas nuances, como a eleição (para evitar uma possível inconstitucionalidade). Mas tudo o resto fica quase inalterado. E mantém-se os departamentos, a estrutura.

Já agora, convinha dizer o seguinte: este modelo foi preparado, finalizado, com uma série de ataques ao estatuto da carreira docente. Aliás, quando das supostas negociações com a anterior equipa ministerial – pois não houve negociações nenhumas – foi dito claramente, pelo Ministério da Educação, que o que



estava em causa era o finalizar de um processo que tinha a ver com as alterações ao estatuto da carreira docente, a questão dos horários dos professores, de toda a estrutura da escola. É um modelo de gestão que tem só a ver com controle. Não tem nada a ver com autonomia nem com descentralização. É controle total sobre as escolas.

António Nabarrete – Cruzando duas questões.

O João levantou uma questão essencial e que nós nunca deveríamos esquecer na discussão da administração dos estabelecimentos de ensino, do sistema educativo: as próprias estruturas do ME. Porque essas marcam indelevelmente aquilo que se passa nas escolas. E de forma quase sempre muito negativa. Devido aos seus vários pelouros de actuação, à sua própria indefinição.

Mas temos também aqui outro determinismo ao nível da actuação. Que é uma coisa que, parecendo que é apenas técnica e pontual, acaba por assumir bastante importância - a técnica legislativa.

Os normativos que têm saído, de 2005 para cá, são verdadeiramente aterradores do ponto de vista técnico. Por um lado, usam uma técnica política, que é deixar, de propósito, as coisas mal redigidas, mal articuladas entre si. Mas também há verdadeira incapacidade de fazer.

Estamos perante uma situação em que é apenas definido o objectivo principal. O que é que queremos fazer com o ensino? Temos que poupar, temos que controlar, temos que evitar que alguém faça qualquer coisa que não esteja de acordo com o nosso objectivo principal, que é poupar dinheiro...

Subordinado a esse objectivo, faz-

se toda uma legislação. E não se acautelam as partes.

Por isso temos as DREs esvaziadas de conteúdo. As obras foram entregues a uma empresa de capitais públicos, mas com gestão privada. E assim perderam mais de metade da sua influência junto das escolas e da sua capacidade de intervenção. Mas ficaram com todas as estruturas.

Todas estas contradições são motivadas pelo facto de que tudo é sacrificado a um único objectivo.

E é muito difícil discutir no plano filosófico, no plano dos princípios, no plano da adequação do que o ensino deve ser para os nossos filhos, para os nosso netos, para os portugueses em geral – é muito difícil discutir, porque tudo está subordinado a esses grandes princípios, ao tal objectivo principal.

O ME quer manter as suas estruturas para poder continuar a controlar as escolas. E esta é a determinação principal de todo este processo.

Não se muda a escola sem mudar o sistema

Manuela Mendonça – Tal como aqui foi dito, implementou-se esta alteração legislativa sem uma avaliação do que estava no terreno e ignorando até o estudo que o ministério tinha encomendado e que apontava para caminhos diferentes dos que vieram a ser adoptados.

Um dos problemas identificados foi o da centralização da administração educativa e a impossibilidade de a escola ser autónoma num quadro de centralização como o que temos. Aliás, uma das frases do relatório final do Conselho de acompanhamento e avaliação, que juntou especialistas nesta área e representantes dos sindicatos, da inspecção, do mi-

nistério, etc., era – *não se muda a escola sem mudar o sistema.*

Isso é óbvio para todos os que, no dia-a-dia, se apercebem das dificuldades com que a escola se defronta para decidir em questões essenciais – e o que é essencial na escola é o pedagógico.

Por isso a FENPROF – que divulgou as suas propostas para esta área da gestão, ainda antes de o ministério ter apresentado o projecto que viria a dar origem ao DL 115-A/98 – dizia claramente que é preciso começar por descentralizar, transferir competências. E transferir competências para dois níveis: para o nível local e para as escolas.

E, em ambos os casos, para órgãos próprios, democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária. Por isso é que defendemos para o nível local os concelhos locais de educação. Sublinhando, simultaneamente, que a transferência de competências para o local não pode prejudicar a transferência de competências para a escola.

Ao nível intermédio, a escola deve ter possibilidade e liberdade para definir, com autonomia, as estruturas pedagógicas intermédias. Há aqui margens de autonomia que deviam ser exclusivamente da escola. Há um caminho de descentralização, que está mesmo claramente referido na Constituição e na lei de bases. A lei de bases prevê a criação de estruturas, ao nível regional autónomo, regional e local. Isso não está feito e pretender mexer no modelo organizativo da escola sem ter em conta que há toda uma estrutura, ao nível do sistema educativo, que a condiciona, é perder tempo.

Depois, há uma outra questão, que foi também aqui colocada, e que

tem a ver com esta retórica de autonomia. Desde há muitos anos que esta questão da autonomia aparece recorrentemente. Entretanto, o DL 75/2008, não só não vem reforçar a autonomia das escolas, como se diz ser seu objectivo, como vem retirar das escolas os poucos poderes de decisão que tinha ao nível da sua organização interna. Enquanto com o 115-A/98 as escolas podiam optar por um órgão de gestão unipessoal ou colegial, este vem impor o unipessoal. E porquê? Porquê se vem impor às escolas a opção que a maioria esmagadora das escolas rejeitou?

Na verdade aquilo a que assistimos foi a um governo PS, de Sócrates, a alterar legislação do PS, de Guterres, com propostas do PSD.

Gostava ainda de referir uma questão aqui levantada, e que me parece muito pertinente: se nós não teremos também alguma responsabilidade na situação que foi criada. Nomeadamente ao nível de um certo desgaste na gestão das escolas. Ou de alguma falta de dinamização desses espaços de gestão democrática. E eu penso que sim.

Espero que os professores, neste momento, sejam capazes de se mobilizar para exigir alterações a este modelo de gestão. Porque o estatuto da carreira docente e este modelo de gestão das escolas são duas peças de uma certa concepção de escola e de professor que nos procuraram impor. Um modelo autoritário de escola, para um professor funcionário. Pela luta dos professores, conseguimos que o ministério alterasse alguns aspectos importantes do estatuto da carreira docente. Este é o momento para exigirmos que, também ao nível da gestão das escolas, sejam feitas alterações que, nomeadamente no imediato, venham reforçar a autonomia pedagógica da escola, venham dar aos professores a possibilidade de eleger os seus representantes, os coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias, venha permitir que a escola decida se o presidente do conselho pedagógico deve ou não ser o director, quantos departamentos curriculares, que tipo de estruturas pedagógicas intermédias quer ter.

Há aqui mudanças que têm que ser feitas, sob pena de, por exemplo, o modelo de avaliação de desempenho dos professores, do nosso ponto

de vista, estar condenado.

António Nabarrete – Estas questões em torno da gestão escolar - que temos estado aqui a colocar, sob vários prismas mas sem grande desacordo entre nós – são fundamentais.

Se nós não recuperarmos rapidamente a participação ao nível da eleição dos órgãos de gestão intermédia das escolas, mesmo que mude a forma de eleição, temos definitivamente perdida a capacidade de as escolas trabalharem de outra forma.

E essa é, para mim, neste momento, a questão mais importante e mais fundamental.

É absolutamente imperativo – se quisermos que as escolas sejam locais de discussão, de trabalho conjunto, de trabalho em equipa, em prol dos alunos e que os professores sintam que a sua participação é válida – mudar rapidamente todas essas estruturas intermédias.

Penso que este modelo tem que ser reestruturado de cima a baixo. Mas o papel mais importante é o da democracia no interior das escolas.

Felizarda Barradas – Podem-nos perguntar: mas afinal porque é que vocês propõem apenas algumas alterações?

Nós temos as nossas propostas, mas consideramos que esta questão da gestão envolve um número tão elevado de agentes que não pode ser vista só do nosso ponto de vista. Demoraria um tempo infinito até conseguirmos chegar a alguns entendimentos e a ter um modelo novo, diferente. Ou seja, os vários agentes têm diferentes pontos de vista. Nós temos um ponto de vista. Os pais têm, de alguma maneira, um ponto de vista. Há aqui vários actores, que têm perspectivas diferentes da gestão.

Claro que a questão do modelo de gestão escolar tem mesmo que ir para cima da mesa. Como dizia a Maria de Lourdes Pintasilgo: *“para conseguir derrubar um muro, às vezes, é necessário primeiro abrir brechas...”* Conseguirmos alterações ao Dec-Lei 115 –A /98 é uma forma de o fazer. É preciso criar condições nas escolas para uma efectiva autonomia e participação. Tem que haver alterações para que os professores possam ter

de facto essa participação. Têm que ser criadas condições para que haja uma efectiva autonomia. Mas têm também que ser criadas condições para que todos participem. Cada um no seu papel. E todos os papéis, a meu ver, são importantes.

Contra uma lógica de municipalização

João Jaime – Há uma questão importante que ainda não abordámos. Pode transmitir-se a ideia de que as escolas no fundo querem estar na sua caixinha e não querem prestar contas.

E eu considero que as escolas têm que prestar contas. Este princípio republicano – e agora estamos a comemorar os 100 anos da República – da prestação de contas de quem é responsável pelo bem público (e a escola é um bem público), é essencial. A defesa da escola pública deve centrar-se também nisto. A escola deve apresentar o seu trabalho, que deve ser discutido e analisado, assim como as suas contas. Penso que isso é fundamental. Quanto maior for a transparência, mais fácil é a nossa gestão e melhor nós conseguimos comunicar uns com os outros.

Um outro tema que me parece importante abordar é o dos agrupamentos. Eu sou um privilegiado, porque a nossa escola não está inserida num agrupamento. Mas aquilo que eu sinto e oiço dos meus colegas, é que é um caos. Sei de um director que vai todos os dias a uma escola. Faz assim um circuito todas as semanas. Há escolas com agrupamentos totalmente distintos. É que o primeiro ciclo, o segundo ciclo, o secundário, são vivências às vezes tão diferentes, tão díspares, que as pessoas podem estar agrupadas mas não conversam entre si.

O agrupamento de escolas deve ser algo pensado e não foi. É só uma questão administrativa. Porque não sabiam como é que haviam de pagar aos funcionários ou aos professores. E uma nota final, que merece uma atenção muito especial – a questão da municipalização. Há escolas em que os funcionários já são pagos pela autarquia. Tudo isso pode levar à municipalização do ensino. E nós não estamos preparados para esta realidade. Devemos defender, tal-

vez, as regiões. Agora, a municipalização é perigosíssima. E vou dar um exemplo – há Câmaras Municipais que querem gerir os espaços desportivos das escolas a partir das 19 horas. E depois temos a Parque Escolar a dizer que quer discutir 50% das receitas da escola, porque o seu investimento é grande...

As escolas têm um mínimo irrisório de receita própria. O que vem do Orçamento Geral do Estado não chega para as escolas funcionarem. As escolas têm que encontrar meios. Mas se agora vierem outras entidades – a Parque Escolar, por exemplo – retirar verbas à receita própria da escola, é evidente que é o fim da autonomia.

Deixem as escolas gerir o seu património! Que isso seja denunciado. Não é a escola que tem que pagar a recuperação do parque escolar. Deve ser do Orçamento Geral do Estado.

António Nabarrete – Esta questão de financiamento vai ser – nestas escolas intervencionadas pela Parque Escolar – uma coisa catastrófica. Porque a própria estrutura que foi usada para a recuperação das escolas é uma estrutura completamente despesista. O tipo de opções que foram feitas – ares forçados em vez de janelas... Vai fazer disparar o peso das despesas correntes.

A questão, mais vasta, do financiamento das escolas, é uma questão que tem que ser vista.

E quanto à municipalização, é preciso também não esquecer que as câmaras, em Portugal, não têm nenhuma capacidade de manterem autonomia relativamente ao poder político, aos partidos.

Para mim é um perigo tremendo deixar que qualquer forma de municipalização exista.

Uma coisa é colaboração com as câmaras, outra é as escolas ficarem em dependência, ao nível pessoal, ao nível financeiro. Isso seria o fim da escola pública.

Manuela Mendonça – A FENPROF tem reafirmado uma posição contra esta perspectiva de municipalização. Pelos riscos que já aqui foram apontados. Pela própria experiência de outros países, que tem mostrado que estes processos levam muitas vezes à criação de maiores



assimetrias entre as escolas, levam à desresponsabilização do Estado, levam a processos muito pouco transparentes de selecção de pessoal, ao desenvolvimento de clientelismos, de sentimentos até de insegurança entre os professores.

Portanto, estamos contra uma lógica de municipalização. Tanto mais que não temos dúvidas de que a autonomia das escolas – sendo neste momento ainda uma miragem – estará ainda mais impossibilitada nesse quadro. Porque quanto mais próximo se está dos contextos de trabalho mais se controla.

Só para terminar, queria tentar recolocar esta questão da oportunidade de fazer alterações no DL 75/2008. Consideramos que é este o momento de tornar público junto do ME as nossas posições relativas à gestão e colocar a exigência de revisão deste decreto-lei.

Tendo consciência que há aqui dois momentos que têm que ser perspectivados. No imediato queremos discutir com o ministério questões que têm a ver com a organização pedagógica da escola. O saber pedagógico é dos professores. São questões em que os professores são os interlocutores junto do ME para discutir algumas alterações ao nível da constituição do conselho pedagógico, das estruturas pedagógicas intermédias, do funcionamento do pedagógico.

Mas, em simultâneo, queremos que o ME também perspetive um debate mais alargado com os outros parceiros educativos, que permita que, a curto prazo, possa ser encontrado um modelo alternativo relativamen-

te ao que temos. Numa perspectiva mais global, que permita introduzir mudanças a outros níveis do sistema – as questões da descentralização da administração educativa, da autonomia das escolas (e aqui é importante também definir o que é que entendemos por autonomia). Perspetivar estas questões da descentralização e da autonomia. E encontrar um outro modelo de gestão das escolas que permita recuperar a democraticidade na organização da escola – que nós consideramos que tem que assentar na elegibilidade dos órgãos, na colegialidade do seu funcionamento e em condições de participação efectiva dos vários intervenientes na vida da escola. Que permita clarificar a relação entre a direcção e gestão – que é uma relação, do nosso ponto de vista, de separação e complementaridade. E que permita garantir o primado do pedagógico sobre o administrativo, o financeiro – que é outra questão essencial.

O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas. Consideramos que não se pode dissociar a gestão de uma escola do seu projecto educativo. E por isso entendemos que a democratização do governo das escolas é muito importante também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia, para a participação social e cívica.

Este é, neste momento, um desafio que se nos coloca. Vai ser preciso pressionar o ME para que abra um processo negocial em torno destas matérias. ■

PROPOSTAS DA FENPROF



1. Introdução

Considerando que a concretização dos direitos de participação democrática no ensino, consagrados na Constituição da República Portuguesa, exige uma aposta clara na autonomia das escolas e na descentralização da administração educativa, a FENPROF apresenta propostas para a administração local do sistema educativo e para os órgãos de direcção e gestão das escolas.

Tais propostas, para além de se situarem no respeito pelos princípios constitucionais e os consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, partem ainda de um outro pressuposto essencial - a incompatibilidade entre uma excessiva regulamentação do modelo e o exercício da autonomia nos planos local e de escola.

Trata-se de conciliar a consagração de grandes linhas de força para a organização escolar com margens de liberdade significativas, que possibilitem a implementação das soluções mais ajustadas ao exercício da autonomia legítima que cabe às escolas.

2.

Administração Local do Sistema Educativo: Conselho Local de Educação

Tendo como pressuposto a inserção de um novo modelo organizacional para a direcção e gestão democráticas das escolas num quadro de descentralização da administração educativa, a FENPROF defende, desde os anos 80, a institucionalização de **Conselhos Locais de Educação**, enquanto estruturas descentralizadas de administração educativa, órgãos de representação ampla (representantes das escolas, autarquia, serviços desconcentrados do ME, acção social escolar, interesses económicos, sociais e culturais...), de grande pluralidade de interesses, que procuram a congregação de esforços ao nível local (concelhio ou de dimensão inferior no caso dos grandes concelhos) em torno da gestão conjugada de recursos, da elaboração de projectos visando o desenvolvimento local, integradores da comunidade

na escola e desta na comunidade, dotados de competências próprias e de recursos adequados. Das competências atribuídas a estes Conselhos, devem fazer parte, entre outras, a organização da rede escolar, a definição das áreas vocacionais a adoptar no ensino secundário e das componentes curriculares locais.

Os Conselhos Locais de Educação defendidos pela FENPROF são, assim, instrumentos fundamentais do processo de descentralização da administração educativa, não como estruturas de tutela das escolas mas como instâncias privilegiadas de territorialização das políticas educativas nacionais e espaços de encontro das escolas de uma determinada área, que aí devem poder articular e potenciar os projectos educativos que autonomamente cada uma desenvolve e avalia.

3.

Direcção e gestão das escolas

Paralelamente às competências que deverão ser transferidas para o nível local, as escolas têm que dispor de uma efectiva autonomia

em áreas essenciais, para poderem responder de forma diferente e contextualizada aos problemas com que as comunidades locais se confrontam, competindo ao Estado assumir o seu papel regulador e estruturador do sistema público nacional de educação e ensino.

Para os órgãos de direcção e gestão ao nível da escola, a participação dos diversos actores sociais deverá ser circunscrita aos intervenientes directos na vida da escola, que, no entender da FENPROF, são os professores, os pais e encarregados de educação, o pessoal não docente e os alunos, no caso do ensino secundário.

Deverá constituir-se uma matriz comum para os diferentes níveis de ensino, correspondendo-lhes órgãos com a mesma designação e o mesmo tipo de representação, sendo essencialmente ao nível das estruturas pedagógicas intermédias que se estabelecem as distinções inerentes a especificidades próprias da organização de cada sector.

Partindo de três princípios essenciais, o da democraticidade, traduzido em condições de elegibilidade, colegialidade e garantias para uma participação efectiva, o da separação e complementaridade entre direcção e gestão, com a segunda logicamente subordinada à primeira, e o da prevalência de critérios pedagógicos sobre critérios administrativos, a FENPROF propõe, para a direcção e gestão das escolas, a existência dos seguintes órgãos distintos: **Conselho de Direcção, Conselho de Gestão e Conselho Administrativo.**

3.1. Conselho de Direcção (da Política Educativa e Pedagógica da Escola)

O Conselho de Direcção, através do seu plenário, assume poderes no domínio das decisões de política educativa e de orientação pedagógica e é composto por professores, pais e encarregados de educação, pessoal não docente e alunos, no ensino secundário.

Nas competências do órgão de direcção enquadram-se, nomeadamente, a aprovação do projecto educativo, dos planos anuais de actividades e do regulamento interno, as questões de natureza orga-

mental, a circulação de informação e as relações institucionais e com a comunidade.

Para as escolas de todos os níveis de ensino, o Conselho de Direcção terá uma composição que garanta, também neste domínio, a prevalência de critérios de natureza pedagógica sobre outros, através de uma maioria de docentes, devendo o seu presidente ser eleito de entre estes. Este Conselho funcionará em plenário e por secções, cabendo ao seu presidente a representação institucional da escola. Cada Conselho decidirá se o presidente do Conselho de Gestão deverá ou não acumular as funções de presidente do Conselho de Direcção.

O trabalho regular deste Conselho assentará em, pelo menos, duas secções, com funcionamento autónomo:

a) Secção Pedagógico-Científica, constituída exclusivamente por professores e educadores, com competências no domínio da direcção pedagógica, em áreas como a gestão do currículo e dos programas, avaliação dos alunos, actividades de complemento curricular e apoios educativos, avaliação do desempenho dos professores e educadores e na organização dos planos de formação do pessoal docente.

b) Secção Sócio-Educativa, constituída por professores e educadores, pais e encarregados de educação, pessoal não docente e alunos, no caso do ensino secundário. Esta secção assume competências ao nível da organização interna da escola, nomeadamente na definição de actividades extracurriculares, culturais e de ligação à comunidade e ao nível da organização de espaços de formação próprios.

3.2. Conselho de Gestão:

A este órgão caberá realizar a gestão quotidiana das escolas nos domínios pedagógico, administrativo e de pessoal, no respeito pelas orientações do órgão de direcção, cujas decisões lhe cabe executar e fazer executar, sendo apoiado no domínio administrativo e financeiro por um **Conselho Administrativo** constituído por dois membros do órgão de gestão e pelo chefe de pessoal administrativo e/ou outro

técnico/assessor contratado para o efeito.

O Conselho de Gestão será exclusivamente composto por professores, em número de três a cinco, consoante as características da escola, e eleito, mediante apresentação de listas, em Assembleia Geral de Professores.

4. Estruturas Pedagógicas Intermédias

Sendo os órgãos de administração e gestão instrumentais em relação aos projectos educativos das escolas, é necessária uma muito maior flexibilidade na definição destas estruturas, como forma de tornar o seu funcionamento menos burocrático e de reforçar a coordenação pedagógica e a gestão flexível do currículo. No exercício da sua autonomia, as escolas devem poder decidir se querem ter departamentos curriculares, conselhos de docentes ou outras equipas educativas, que melhor sirvam as finalidades que querem perseguir.

5. Outras Estruturas

- Assembleia geral de professores
- Assembleias de turma
- Assembleia de delegados de turma
- Assembleia geral de alunos do ensino secundário
- Assembleia de pais e encarregados de educação
- Assembleia do pessoal não docente

Para além da eleição dos respectivos representantes no Conselho de Direcção, estas estruturas devem possibilitar a análise e o debate da vida e do funcionamento das escolas, bem como a apresentação de propostas para dinamização da sua actividade regular. ■

Partidos apresentam Projectos de Lei sobre Gestão das Escolas

Foram apresentados na Assembleia da República, em momentos diferentes, dois projectos de lei, um da autoria do PCP e outro do Bloco de Esquerda sobre a gestão e administração das escolas. Ambos aguardam discussão e votação.

Na verdade é mais o que as aproxima do que o que as distingue. Ambas propõem a (re)democratização da gestão das escolas com eleição dos órgãos, quer os de direcção executiva quer os de direcção intermédia. Em ambas as propostas o Conselho Pedagógico readquire uma centralidade que hoje não tem. E em ambas se percebe que sem alterações profundas no modelo de gestão e administração das escolas (actual Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril) eventuais alterações ao modelo de avaliação de desempenho dos docentes esbarrarão sempre com o excessivo poder atribuído à figura do Director. Esta é, pois, uma matéria que consideram estratégica. A forma das propostas diverge: enquanto o PCP optou por apresentar uma proposta de modelo, alternativo ao existente, o Bloco de Esquerda apresenta um conjunto de alterações ao Decreto-lei no sentido da sua reconfiguração democrática.

Dos textos introdutórios das duas propostas retirámos alguns excertos que sintetizam o conteúdo de cada uma.

Do Projecto de Lei do PCP (retirado do *Preâmbulo*)

(...) É um projecto que prevê a eleição de todos os membros dos órgãos de direcção e gestão das escolas. Concilia a necessária intervenção da comunidade (designadamente pais e autarquias) com a indispensável autonomia da escola. Respeita a importância da participação dos estudantes e dos pais na vida da escola, prevenindo-a num órgão de direcção estratégica e criando mecanismos para a auscultação permanente das suas opiniões.

É um projecto que cria múltiplos

mecanismos para assegurar um diálogo permanente a nível da gestão entre todos os corpos da escola e entre estes e a comunidade. Reforça a importância do conselho pedagógico, tornando-o um órgão com poderes decisórios, atribuindo-lhe verdadeiramente a direcção pedagógica e educativa e conferindo-lhe uma estrutura suficientemente maleável para uma grande operacionalidade de decisão e de concretização. Assegura a necessária separação e complementaridade entre a direcção e a gestão. Cria novos mecanismos de coordenação local, através da divisão do território em zonas pedagógicas dotadas de conselhos de coordenação interescolar. Dando cumprimento à Lei de Bases do Sistema Educativo cria novos meios de participação na definição da política educativa a nível regional através de conselhos regionais de educação, a funcionar junto das direcções regionais de educação. Institui formas de compensação a nível de redução do horário lectivo e de remuneração para os detentores dos principais cargos em órgãos de direcção e gestão democráticas e em estruturas de orientação educativa. Trata-se acima de tudo de um projecto de lei que visa valorizar a escola pública, promover o sucesso escolar e tornar os órgãos de direcção e gestão verdadeiros elementos de modernização pedagógica e de autonomia da escola para a realização de um projecto educativo próprio (...).

Do Projecto de Lei do Bloco de Esquerda

(retirado da *Exposição de Motivos*)

(...) Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe neste projecto de lei uma alteração profunda ao decreto-lei 75/2008, de 22 de Abril, que consagra o “regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”. Propomos,

1. Autonomia das escolas na decisão

sobre modelo de direcção executiva: as escolas escolhem se pretendem um órgão executivo colegial ou unipessoal (conselho executivo ou director).

2. Eleição pelos docentes dos diversos cargos intermédios de coordenação científico-pedagógica e de coordenação de estabelecimentos escolares: valorizando a responsabilização, a confiança e o trabalho colaborativo entre os professores.

3. Maioria clara dos profissionais e alunos da escola pública no conselho geral, que é o órgão de direcção estratégica da escola: defender a autonomia das escolas é confiar na decisão e responsabilidade dos seus intervenientes centrais (professores, trabalhadores não docentes e alunos) na definição das suas escolhas estratégicas e na decisão partilhada com os pais e encarregados de educação, autarquias e instituições locais.

4. Reforçar a democracia interna: alargamento do universo de elegibilidade dos membros da direcção executiva; limitação a três mandatos sucessivos nos cargos executivos; e responsabilização da tutela para formação obrigatória em gestão e administração escolares dos professores eleitos para cargo de direcção.

5. Estabelecer um regime de autonomia alargada, com critérios claros de acesso, sem depender da decisão política e discricionária do Ministério da Educação: às escolas com avaliação externa positiva podem ser-lhes atribuídas novas competências em matéria de gestão e inovação curricular, normas próprias sobre horários, tempos lectivos e constituição de turmas, gestão orçamental.

6. Define responsabilidades claras na gestão das instalações escolares: colocando as decisões de gestão do edificado no âmbito da direcção executiva da escola, sem ser necessário criar a figura do “gestor de edifício” recentemente sugerido pelo Ministério da Educação. É certo que a escola pública necessita de novos profissionais, mas certamente que um “gestor de edifício” não é uma prioridade (...). ■

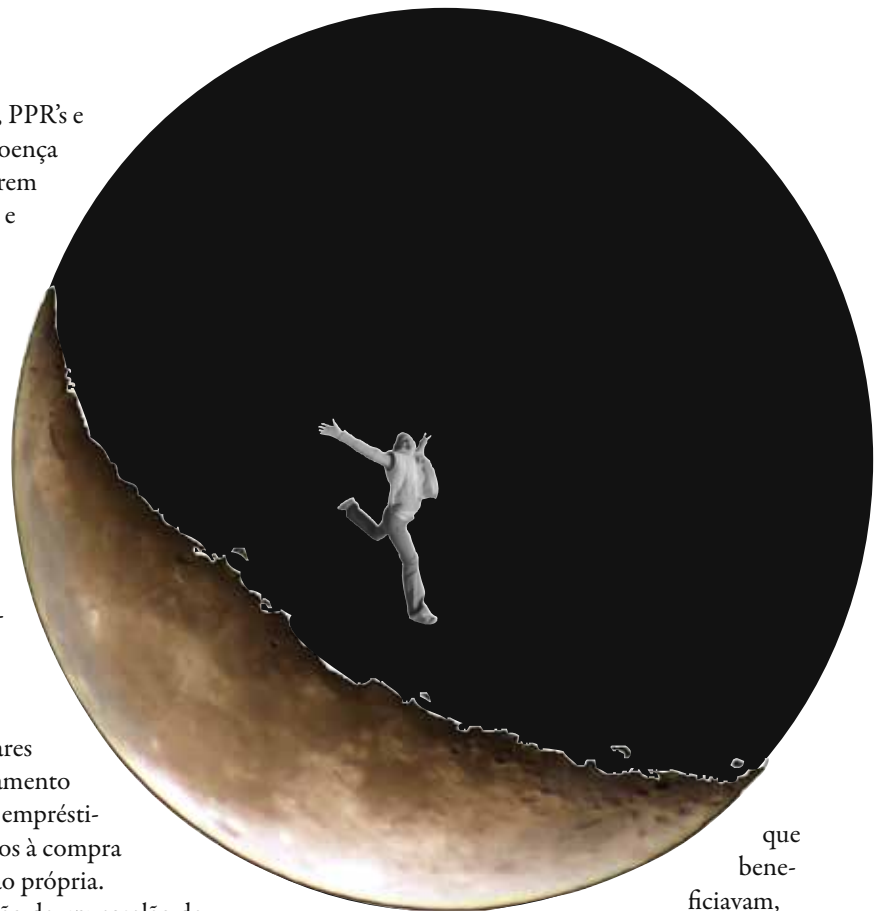


Buon giorno, notte!

Joaquim Jorge Veiguinha

O Primeiro-Ministro José Sócrates afirmou recentemente aos meios de comunicação social que “é preciso que os portugueses tenham consciência de que o sistema fiscal que nós tínhamos beneficiava aqueles que têm rendimentos mais elevados porque esses poderiam beneficiar de deduções fiscais mais do que os outros, e é com essa injustiça que queremos acabar” (*Público*, 9.3.10). É espantoso que apenas agora o Primeiro-Ministro tenha descoberto que o nosso sistema fiscal e tributário é injusto, tanto mais que, no decurso do seu primeiro mandato, contribuiu para agravar essa mesma injustiça ao aumentar os impostos indirectos, responsáveis pela parte mais significativa da receita fiscal do Estado. Este esquecimento limita significativamente o alcance das suas considerações, já que continuam a ser estes mesmos impostos a suportar a maior parte do esforço contributivo e seria verdadeiramente escandaloso que, por detrás desta retórica do aumento da progressividade dos impostos directos, o Governo viesse, como alguns já dizem, restabelecer a taxa do IVA em 21%. Além do mais, o Governo pode decidir aumentar as retenções fiscais em sede de IRS já em Abril o que terá como consequência uma redução real dos salários que se encontram congelados. Concordamos com a progressividade fiscal em sede de IRS, embora uma parte da classe média baixa seja injustamente afectada pelo aperto fiscal. Refiro-me sobretudo ao escalão de rendimentos de 4794 até 7250 euros que abrange 900.000 contribuintes. Para além da redução das deduções fiscais nas despesas com a saúde,

a educação, PPR's e seguros e doença – se os tiverem subscrito – e dos 100 euros a mais que terão de pagar de imposto, esquece-se que grande parte destes contribuintes suportam ainda despesas suplementares com o pagamento de juros de empréstimos relativos à compra de habitação própria. A introdução de um escalão de 45% para os rendimentos superiores a 150.000 euros, que deverá abranger cerca de 30 mil contribuintes, é outra das medidas destinadas a reforçar a progressividade fiscal. No entanto, trata-se de uma taxa temporária que vigorará apenas até 2013, o que pressupõe a ideia peregrina de que os mais abastados devem fazer sacrifícios apenas nos períodos de crise ou aperto orçamental. Nos outros períodos são concebidos como “dinamizadores” do crescimento económico e do emprego, embora não exista nenhuma prova credível que nos permita chegar a esta conclusão. O Governo decidiu também aumentar a tributação das mais-valias financeiras, já que os contribuintes que detinham acções há mais de um ano perdem a isenção de



que beneficiavam, passando a pagar uma taxa de 20%. Até hoje só eram tributadas a uma taxa de 10% a venda de acções detidas pelos seus titulares há menos de um ano. No entanto, o Governo nada adianta relativamente ao controlo de rendimentos transferidos para paraísos fiscais e tributários, pelo que estas medidas anunciadas com pompa e circunstância podem cair em saco roto. Além do mais, não entrarão já em vigor, mas, como referiu o ministro das Finanças, “desde que haja um quadro financeiro estabilizado” (*Público* 14.3.10). Teixeira Santos decidiu complementar as afirmações de José Sócrates, considerando que “todos temos de contribuir para reduzir o défice” (*Diário Económi-*

co, 9.3.10). Resta saber, porém, se este Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) distribui os sacrifícios de forma equitativa, já que o termo “todos” é demasiado vago, pois as diferenciações e disparidades socioeconómicas são, em Portugal, das mais elevadas da União Europeia. Relativamente a esta questão, a nossa resposta é francamente negativa. Desde logo, o problema das deduções fiscais não é tratado da mesma forma “equitativa” em sede de IRS e em sede de IRC. Assim, o Governo aceita isenções temporárias de 1600 milhões de euros de IRC, sobretudo as que estão relacionadas com o *offshore* da Madeira. Estas isenções correspondem a mais de metade das que eram deduzidas em sede de IRS – 3.000 milhões de euros – e, segundo a justificação oficial, devem ser mantidas para favorecer a “competitividade económica”. Esta justificação é totalmente inaceitável, já que quem envia lucros ou outros rendimentos para paraísos fiscais não tem como objectivo reinvesti-los, mas apenas enriquecer-se. Mais inaceitável ainda é a tese que pressupõe esta justificação: que os lucros empresariais de hoje são os investimentos e, conseqüentemente, os empregos de amanhã. A crise financeira actual desmentiu completamente este círculo virtuoso. Segundo a OIT, a percentagem dos lucros que foram utilizados para aumentar a capacidade produtiva e o emprego é inferior a 40%, menos oito pontos percentuais relativamente ao início do decénio dos anos 80, enquanto a percentagem dos lucros acumulada pelo sector financeiro atingiu 42% antes da crise quando nos princípios dos anos 80 se reduziu a 25%. (*El País*, 27.12.09). Para além do congelamento dos salários da função pública até 2013, as prestações sociais de natureza não contributiva vão estar submetidas a um tecto e ser reduzidas em 0,5%. Incluem-se nestas prestações o abono de família, o subsídio social de maternidade, o rendimento social de inserção e o complemento solidário para idosos, ou seja, prestações que atingem fundamentalmente as famílias mais pobres. Em 2011, o Governo anunciou que serão retiradas as medidas excepcionais de apoio ao emprego, como a extensão do subsídio social de desemprego ou a prestação para desempregados de longa duração, quando não há a mínima garantia – muito longe disso – que a recuperação económica se iniciará no próximo ano.

O nivelamento por baixo das pensões de aposentação, é outras das medidas que revelam o estranho conceito de “equidade” do Governo de José Sócrates e desta direcção do Partido Socialista. Para além da antecipação para 6% das penalizações relativas à aposentação antecipada dos funcionários públicos prevista para 2015, foi acelerada a convergência com o sector privado da idade máxima para requerer a aposentação aos 65 anos para 2012 ou 2013, quando o Governo se tinha comprometido a estabelecer essa data de 2015. Esta violação de um compromisso contratual anteriormente assumido é tanto mais grave quanto mais pensarmos que o actual sistema de contribuições para a Segurança Social baseada nos salários não vai resolver os problemas da sustentabilidade do sistema, mas apenas favorecer o crescimento dos fundos privados de pensões acessíveis apenas a alguns. O Partido Socialista Francês já se apercebeu desta situação, reclamando um alargamento da esfera das contribuições com base no valor acrescentado bruto e não já na massa salarial ou tributando algumas remunerações milionárias como as *stock options*, recebidas pelos gestores de topo das grandes empresas (*Le Monde*, 16.2.10). Também o presidente do Conselho Económico e Social, José Silva Peneda, em entrevista ao jornal *Público*, lançou um importante desafio: “A partir do momento em que evoluímos tecnologicamente o factor trabalho deixou de ter uma expressão homogénea como tinha antes. Por que não considerar o valor acrescentado bruto?” (*Público*, 8.3.10). No entanto, para o Governo e esta direcção do PS português importa sobretudo não incomodar os representantes das entidades patronais portuguesas e europeias que se opõem fortemente a estas medidas.

Falta ainda a cereja em cima do bolo no programa de “equidade” fiscal do Governo de José Sócrates. Este pretende incentivar o regresso ao mercado de trabalho dos desempregados através de um método *sui generis*. Actualmente, vigora o conceito de “emprego conveniente” segundo o qual um desempregado é obrigado a aceitar um emprego em que receba um salário superior em 25% do subsídio de desemprego. A partir de agora, o trabalhador desempregado é obrigado a aceitar um emprego em que receba um salário bruto igual ao montante do

subsídio de desemprego. Isto significa que o Governo do Partido Socialista está a contribuir para financiar a manutenção dos baixos salários, o que é totalmente inaceitável e revela uma vez mais que não existe nenhuma sensibilidade social num Governo e num Primeiro-Ministro que ainda se reclamam do ideário do socialismo democrático. A justificação de Teixeira dos Santos é de que “temos de ajustar o nível de subsídio para um nível em que as pessoas tenham um incentivo para regressar à vida activa para aumentar o seu rendimento” (*DN*, 16.3.10). Que perspectivas para este PEC? As perspectivas são muitíssimo insatisfatórias. Apesar das declarações de Teixeira dos Santos que iria distribuir equitativamente o mal pelas aldeias, na prática, isso não irá acontecer. O Governo continua a pôr a tónica no corte das despesas – apesar de alguns, nomeadamente as agências de *rating* e os economistas neoliberais da nossa praça considerarem estes cortes ainda insuficientes –, o que terá como conseqüências fundamentais baixas taxas de crescimento do PIB e do emprego até 2013. Relativamente às primeiras, os 0,9% previstos para 2011 serão a taxa mais baixa da UE em 2011, os 1,3% previstos para 2012 serão apenas maiores do que os da Lituânia (1,2%) e os 1,7% estimados para 2013 corresponderão à taxa mais baixa prevista pelos governos da UE que apresentaram previsões (*Público*, 10.3.10). Por sua vez, o PEC estima que o emprego aumentará, no máximo, 0,6% em 2013, colocando, na melhor das hipóteses, a taxa de desemprego em 9,8%. Com estas medidas não apenas será extremamente difícil reduzir o défice em 5,5 até 2013, mas também se poderá contribuir para aumentar ainda mais as desigualdades sociais e a precariedade das condições laborais numa economia em que continuam a predominar as oligarquias financeiras, a especulação imobiliária e em que as actividades industriais e os serviços de elevado valor acrescentado se transformam cada vez mais numa miragem. *Buon giorno, notte!* ■





Situada na Damaia, a escola Pedro D' Orey da Cunha está inserida num contexto sócio-geográfico muito heterogéneo. E foi por esse contexto, em que se inscreve o trabalho da escola, que começou a entrevista com António José Gambôa, director do agrupamento. Uma entrevista em que é dado particular relevo a um projecto educativo em que o que mais importa é “ter alunos que trabalhem sobretudo para ser pessoas”.

Entrevista com António José Gambôa

*Nós não estamos aqui
a plantar eucaliptos
Gostaria que fossem
mais carvalhos*

EI – Qual o contexto em que se desenvolve o trabalho da Pedro D' Orey da Cunha?

António José Gambôa - Eu gostaria que se falasse, não só da escola, mas também do agrupamento. Este agrupamento é o maior do concelho da Amadora. Temos dois mil alunos. Não falando das actividades educativas da noite – em que são mais 130, 140 alunos.

Acresce que o agrupamento é constituído por escolas totalmente díspares umas das outras.

Temos uma escola como a da Cova da Moura, inserida no próprio bairro. E que é uma escola extraordinária, na minha perspectiva. Mas em que 98% dos alunos são de origem cabo-verdiana, pelo que, naturalmente não se consegue fazer qualquer integração. O facto de estes meni-

nos da Cova da Moura estarem o tempo todo no bairro, a sua escola ser dentro do bairro, leva a que os primeiros passos numa socialização aconteça muito mais tarde, quando passam para a escola do 2º e 3º ciclo. E aqui sim, há uma mistura. Já temos 50% de alunos de origem cabo-verdiana e 50% das outras 21 nacionalidades. Que é uma riqueza tremenda.

Por outro lado, temos a Escola Padre Himalaia (uma EB1), mesmo no centro da Damaia, que tem sobretudo alunos lusos, na sua grande maioria, mais de 80%, filhos de classe média, média-alta. Uma realidade completamente diferente dessa outra, a uns 500 metros, que é a realidade da Cova da Moura.

Assim, até ao 4º ano, os miúdos têm vivências completamente díspares. E depois juntam-se na escola de 2º ciclo. E ainda bem que assim acontece. Mas, para nós, é preciso ter um cuidado especial, para que estes miúdos, ao habitarem o mesmo espaço, o façam em harmonia, na plena aceitação da diferença do outro.

E não só entre estes dois grandes grupos. Embora ainda marginais, temos também alunos de outras nacionalidades (ucranianos, muitos de países de Leste, alguns asiáticos também) e o seu número começa a ser significativo.

Portanto – temos situações muito diversas. Mas é essa também a riqueza da escola.

Como é que a escola consegue responder a esta realidade tão diversa?

Hoje em dia acusa-se a escola de muitas coisas. É na escola que acontecem os grandes problemas. Como sendo a escola a responsável de tudo. Ora a escola não é, de modo algum, responsável por tudo. Parafraseando Brecht: falamos da violência do rio, e esquecemos as margens do rio. E na verdade os problemas estão nas margens do rio.

Não se consegue atalhar estes problemas na escola. A escola terá que ter a capacidade de sair dos seus muros, actuar onde os problemas estão – nos bairros e nas famílias. Mas para isso precisamos conhecer muito bem os bairros e as famílias. É por essa razão que, no início de cada ano, levamos todos os nossos professores a conhecer os bairros de onde são provenientes os nossos alunos. Visitas que são organizadas com as associações de bairro.

A escola tem um grande desafio neste momento – ser dinamizadora das comu-

nidades em que está inserida. Porque temos os recursos: os técnicos, as pessoas mais qualificadas, os alunos, as famílias. Temos assim uma responsabilidade acrescida. E a obrigação de ser esse pólo dinamizador da comunidade. É isso que pretendemos fazer. Agregando todas as instituições que aqui trabalham. E, fundamentalmente, criando projectos de parceria com todas elas.

Não é um trabalho fácil.

Não. Em termos de agrupamento, o nosso objectivo – e temos-lo conseguido aos poucos e considero isso como uma vitória de toda esta comunidade e dos nossos professores (e temos excelentes profissionais que aqui trabalham) – é dar a conhecer o outro lado da Damaia. Mostrar que conseguimos fazer tão bem como os outros.

Eu fiquei muito contente quando me apercebi que, o ano passado, no *ranking* – e os *rankings* valem o que valem, mas de qualquer maneira permitem-nos algumas comparações – os nossos alunos do 9º ano ficaram em 15º lugar, a nível nacional das escolas públicas, em Matemática. E a Português um pouco mais, sendo que a Português há aqui um *handicap* muito grande.

Nós não trabalhamos para *rankings*, naturalmente. Mas é importante para nós, porque leva a que uma faixa de alunos e de pais de alunos acreditem na escola, na qualidade do serviço educativo que presta. E só assim é que conseguimos ter alunos que trabalhem para a excelência, como podemos também ter alunos que trabalhem para ser sobretudo pessoas. Que é isso que nos importa. Aliás o nosso projecto educativo aponta sempre para aí. Para a promoção social e pessoal.

Falemos então do vosso projecto educativo.

O nosso projecto educativo, o seu grande eixo, a sua essência – é formar pessoas. Não é por acaso que damos tanta importância aos prémios que chamámos prémios de Orey. Não são prémios académicos. São prémios que têm a ver com a postura e com o tipo de crescimento e de desenvolvimento que os nossos alunos demonstraram, ao longo do ano, em actividades que não são actividades lectivas. Neste sentido estabelecemos uma parceria com a Mediar – uma associação de formação de mediadores. Com eles con-

corremos ao programa Escolhas, num projecto que no passado se chamou Escola Mais, e que agora se chama Academia Escola Mais. É através desses nossos parceiros que temos várias actividades. Uma delas é os prémios Orey.

Os prémios Orey são atribuídos aos alunos que se distinguem nas mais variadas áreas. Não fazemos um quadro de mérito académico. Mas fazemos este quadro de mérito pessoal. O melhor desportista. O melhor jornalista. O melhor dançarino. O melhor animador de recreio. Ao longo do ano a Escola Mais trabalha com os nossos alunos nestas diferentes áreas.

É claro que isto exige quase um trabalho paralelo. Porque a escola tem que apostar também em ser uma escola de qualidade e nós temos a obrigação de levar mais longe os alunos com mais aptidões. Inclusive do ponto de vista académico.

É um trabalho de promoção social mas também de responsabilização dos alunos.

Sem dúvida. Vou dar um exemplo. Há dois anos criámos o projecto STAFF. Trata-se de dar uma responsabilidade acrescida a alguns alunos da escola que, por algum motivo, obrigatoriamente referenciado pelos directores de turma, são considerados ou como alunos em risco, ou como alunos potencialmente agressores, ou ainda como alunos muito bons do ponto de vista académico. O objectivo é criar um grupo muito heterogéneo, que não pode ser catalogado.

E esses jovens andam por aí a dar apoio. Pode ser na organização das filas, no refeitório. Ou, de manhã, à entrada da escola, com os cartões, para que as coisas sejam mais rápidas. Pode ser a circular durante o intervalo, a ver se está a ser deixado lixo no chão. Os mais diversos tipos de tarefas.

O STAFF resolve-nos alguns problemas. Mas, sobretudo, para esses alunos, é extremamente importante. Integra-os. Responsabiliza-os. E eles só estão lá até ao momento em que querem estar. Têm formação. Sabem exactamente o que é que lhes pedimos e o que é que exigimos. São sempre um grupo pequenino e acompanhado por um técnico da escola.

Outro exemplo. Os alunos mais velhos – do 8º e do 9º ano – têm responsabilidades em relação à escola, no que respeita à animação de todos os grandes eventos da escola. Fazem-no em colaboração com a educação musical, porque são eles que



organizam os concertos. E os concertos são muito importantes. Temos concertos para 400/500 pessoas, onde os miúdos estão ali como verdadeiros artistas. E entram em palco 200 miúdos, de uma forma perfeitamente organizada. Isto é também uma forma de envolver as famílias. E há algum orgulho na própria escola. E isso é importante – as pessoas identificarem-se com o projecto da escola. A escola é feita um pouco destas pequenas coisas.

Fala-se muito, neste momento, da questão da violência. Quer dizer alguma coisa a esse respeito?

A violência é um fim de linha. O que potenciou essa violência está para trás, e temos que procurar as causas. O que importa é investigar essas causas, para podermos vir a atalhar antes. Nós temos uma equipa de investigação alargada – Núcleo de Gestão e Investigação Comportamental. E as conclusões a que se vai chegando são interessantes. Às vezes há lugares comuns que nos induzem em erro. Violência familiar, por exemplo. Quando falamos em violência familiar, e numa zona destas, o que é que

somos levados de imediato imaginar? Que é nos bairros degradados que existe maior violência familiar. Ao estudarmos os casos, que vamos registando, de violência familiar, não só tipificamos o tipo de violência familiar, como assinalamos a sua distribuição em termos geográficos. E a verdade é que, no último ano, considerando todos os casos de violência doméstica – incluindo na violência doméstica os insultos, a negligência, a violência psicológica – constatámos que os casos mais graves são 90% fora do bairro. Ou seja – é na malha urbana, onde era previsível que tal não acontecessem, que acontecem de facto. No bairro há alguma negligência, mas é negligência derivada das condições sociais. Porque os pais vão trabalhar fora todo o dia e não há resposta para os meninos. Temos miúdos nossos, do 2º ciclo, que se levantam às 7h da manhã para dar alguma comida aos irmãos mais novos, que os vão levar ainda ao jardim de infância e depois vêm para a escola. E muitas vezes sem comer, porque a mãe não lhes deixou comida, porque se levantou às 5h da manhã, para ir fazer as limpezas, etc. E vivem sabe Deus como. Portanto, é uma negligência derivada de problemas

sociais graves. Mas depois há a outra, que para mim é muito mais difícil de justificar. É o caso dos nossos meninos da classe média, média-alta, que os pais deixam entregues a si próprios (se eles estiverem frente ao computador e sossegados – está tudo bem...). Estão abandonados na mesma. Muitas vezes estão abandonados dentro de casa. Claro que também temos que cuidar destes garotos. Temos que estar atentos. Até porque há fenómenos novos que estão a acontecer em todo o lado – que têm a ver com o uso indevido de internet, por exemplo - com novos tipos de violência e de bullying. A escola tem que aprender a lidar com tudo isso. E estar atenta a esses fenómenos e a esses miúdos que também ficam abandonados dentro da sua própria casa. Uns estão na rua, outros estão dentro de casa. Daí a formação pessoal ser uma aposta central no nosso projecto. Resultados? – Não sei. Nós não estamos aqui a plantar eucaliptos. Gostaria que fossem mais carvalhos. Mas provavelmente não veremos os frutos de todo este esforço, dos professores magníficos que esta escola tem.



fundamentalmente checa ou eslovaca ou cabo-verdiana. No início do ano, na recepção à comunidade educativa, porque é que se há-de dar apenas as boas vindas em português? Podemos fazê-lo também nas outras línguas dos nossos alunos. São pequenos sinais de reconhecimento. É nestes pequenos gestos, e nos projectos curriculares de turma, que está salvaguardada a nacionalidade dos alunos de cada turma. Por isso é que os PCT são diferentes. Cada turma é um caso. Também porque são diferentes as línguas e nacionalidades de origem dos miúdos que a compõem.

Disse, no início da entrevista, que preferia falar, não apenas da Pedro D' Orey da Cunha, mas de todo o agrupamento. Porquê?

De um ponto de vista administrativo, a criação dos agrupamentos tinha naturalmente o intuito, por parte do ME, de reduzir despesas. Mas numa perspectiva pedagógica, concordo com os agrupamentos. Porquê?

De facto é para nós muito importante pegar nos miúdos no jardim de infância e ir acompanhando-os até ao 9º ano. Assim podemos formar alguém. Aliás sentimo-nos responsáveis por isso. Uma coisa que não acontecia quando a escola era só do 2º ciclo. Portanto, é uma responsabilidade acrescida. E é enorme. Podemos ser determinantes para o futuro de uma criança. Isto é um trabalho reinventado todos os dias.

Tivemos a avaliação externa do agrupamento, o ano passado. E quando acabou a actividade inspectiva dos três dias, o inspector disse – não sabemos muito bem como caracterizar o vosso agrupamento mas, se tivesse que utilizar uma palavra, diria que o vosso agrupamento é o agrupamento dos afectos. E eu achei isso muito bonito. Porque de facto perceberam como queremos ser. E a palavra afecto é muito bonita quando falamos destes miúdos. Que têm uma vida tão, tão difícil. São “capitães da areia”. É esta a responsabilidade enorme da escola. Há uma frase do Pedro D' Orey da Cunha (inscrita numa faixa na nossa sala de professores) que, resumidamente, diz: nós, em relação aos nossos alunos, temos que os acarinhar e temos que ser exigentes. O que de algum modo resume a nossa maneira de trabalhar. ■

Como é potenciada a riqueza que é o facto de ter aqui alunos de várias origens culturais e nacionais? Para além do problema óbvio da língua.

A questão da língua é um *handicap* tremendo para os miúdos. Temos quase uma escola paralela de apoio na língua portuguesa. Temos ateliers de língua portuguesa. E também na matemática. Mas fundamentalmente de língua portuguesa. Dominar o português é uma coisa abso-

lutamente essencial para estes meninos. Por outro lado, na escola, valorizamos sempre que possível, as diferentes culturas e línguas. E isso reflecte-se nos Projectos Curriculares de Turma. Em momentos especiais. Em actividades especiais. Por exemplo – estamos a comemorar o Carnaval. Pode perguntar-se: como é o Carnaval na Ucrânia? Ou pedimos aos pais que venham e nos expliquem como é que na sua terra se comemora a Páscoa. Também já fizemos no nosso refeitório semanas de comida



Na nova versão do ECD não pode constar o que não foi negociado

Governo recua. Mas isso não quer dizer que desista das suas ameaças

É verdade que, mesmo quando se negocia com um ministério, as negociações implicam não só esse ministério mas todo o governo. Mas isso não pode justificar que, ao que se diz por pressões dos ministérios das Finanças e da Administração Pública, o ministério da Educação tenha tentado introduzir no texto que em princípio deveria seguir para aprovação em conselho de ministros um substancial conjunto de artigos respeitantes a matérias que nunca estiveram em discussão no processo que conduziu à assinatura do “Acordo de Princípios” entre a FENPROF (e outros sindicatos) e o ME. À margem de qualquer discussão, o ministério da Educação tentou introduzir no texto gravosas cláusulas sobre vínculos, carreiras e concursos: no essencial tentou criar legislação que terminasse com a natureza específica que nestas como em outras matérias resulta do facto de os professores serem um corpo especial da administração pública.

Em síntese: à socapa, o ME tentou que o texto a publicar (esperemos que muito em breve) aplicasse aos professores o regime de vinculação e concursos em vigor para a generalidade da administração pública – a conhecida Lei 12/A/2008, tornando o ECD um documento do ponto de vista legal meramente subsidiário nesta matérias. Em que se consubstanciava essa alteração proposta?

- na supressão da noção de **quadro** (de escola, agrupamento ou zona) substituído por “mapas” do local de trabalho.

- na supressão de **vagas** de quadro substituídas por “postos de trabalho”.

- na **eliminação de qualquer referência a concursos nacionais**, substituídos por

vagas referências a “procedimentos concursais” (para integração nos mapas) e a regras de mobilidade em nada comparáveis às que actualmente estão previstas no ECD.

Numa leitura desatenta, poderia parecer estarmos perante meras mudanças de designação. Mas não é o caso: a integração, por via “concursal” nos “mapas” não significa integração na carreira, isto é, poderia ganhar-se mais alguma estabilidade mas aumentaria de forma significativa o número de professores “fora da carreira”. Na proposta do ME deixaríamos de ter a divisão entre professores e professores titulares para passarmos a ter a divisão entre professores na carreira e professores nos mapas. A que deve acrescentar-se outra vertente da proposta do ME: o modo como o tempo de permanência como contratado (ou no mapa) determinaria a colocação no escalão da carreira ficaria dependente de decisão do ministério das Finanças, isto é, o tempo de serviço prestado não contaria (ou pelo menos não se sabe como contaria) para integração na carreira. Seria um retrocesso histórico!

Vejamos agora o que se propunha sobre “concursos”. Como já se disse, a expressão que aparece é “procedimento concursal” para ocupar um posto de trabalho ou para integrar uma carreira. Porque não haveria concursos a nível nacional, a mobilidade é restringida ao que hoje chamamos destacamentos – no máximo por 4 anos – ou por iniciativa e interesse exclusivo da administração, caso em que a mobilidade seria obrigatória.

A reacção da FENPROF foi imediata e dura. Quis o acaso que no dia em que recebemos na FENPROF o estranhíssimo texto estivesse marcada uma reunião entre

os sindicatos e a comissão de Educação da Assembleia da República, onde desde logo denunciámos o embuste que estavam a tentar impingir aos professores e educadores. Denunciámos com veemência o que considerámos uma grave violação da ética negocial, ameaçámos com o regresso às manifestações de rua. O ministério da Educação acabou por retirar tudo o que não tinha sido objecto de negociação. E reafirmou a existência de um concurso nacional em 2011. Foi uma importante vitória, só possível porque tínhamos assinado um acordo e exigimos que ele fosse escrupulosamente respeitado.

Ficámos a conhecer as intenções do ME/Governo para o futuro próximo: é mais que óbvio que logo que achar que tem condições para isso, o Governo retomará as propostas que agora abandonou. Compete-nos a nós prepararmo-nos desde já para uma batalha muito dura: a defesa de que a docência não é uma profissão como qualquer outra: os professores e educadores são um corpo especial e como tal devem ter regras próprias de vinculação e de mobilidade (para não falarmos doutras situações, como a aposentação).

Uma não negociação:

O Ministério da Educação não introduziu na nova versão do ECD nenhuma das nossas propostas sobre os horários e condições de trabalho, apesar de proclamar a todos os ventos a necessidade de alterar essas condicionantes do exercício da nossa profissão. Trata-se de um lamentável incumprimento do que o próprio ME anunciara. Não desistiremos porque conhecemos bem as barbaridades que quanto a horários e condições de trabalho estão a ser praticadas em muitas escolas onde os directores se tornaram verdugos bem piores que o ME – directores sem qualquer intenção pedagógica, sem perceberem o que é o trabalho lectivo. Aproveitaremos a intenção anunciada de haver uma negociação destas matérias aquando da definição do roteiro para o lançamento do próximo ano lectivo. Mas é inadiável que todos os professores façam ouvir a sua voz denunciando as situações em que o real interesse dos alunos e os mais elementares direitos dos professores e educadores são postergados em nome de uma gestão absurdamente burocrática das escolas/agrupamentos. ■



Desafios postos ao X Congresso da FENPROF

Decorrerá nos próximos dias 23 e 24 de Abril, em Montemor-o-Novo, o X Congresso da FENPROF. Ao contrário do que aconteceu no anterior a este Congresso, o Secretariado Nacional apresentará uma lista única propondo a recondução de Mário Nogueira (SPRC) para secretário-geral, João Cunha Serra (SPGL) para presidente do Conselho Nacional e mantendo Manuel Menezes (SPM) como presidente do Conselho de Jurisdição.

Convém recordar que no anterior congresso os dois maiores sindicatos (SPGL e SPN), que no seu conjunto representam 60% da FENPROF, não apoiaram Mário Nogueira. São porém sindicatos onde as eleições para todos os órgãos e representações se fazem respeitando proporcional-

mente as diversas correntes sindicais, o que, conjugado com o facto de outros sindicatos funcionarem como blocos indivisíveis, possibilitou a eleição do actual secretário-geral. Houve quem temesse o pior para a FENPROF. Não foi essa a atitude do SPGL que desde logo se empenhou em construir as necessárias pontes de entendimento, não ocultando as diferenças quando as há, mas privilegiando a unidade necessária para a defesa dos professores e educadores. Temos consciência plena de que a nossa actividade empenhada e crítica esteve na base do sucesso que foram as excepcionais lutas dos docentes nestes três anos que medeiam entre os congressos e que se traduziram em importantes conquistas para a classe docente. (Dirão alguns que após estes anos de luta e de resistência temos um pior Estatuto e uma avaliação de desempenho que não ajuda nem o desempenho nem a vida nas escolas. E isso é verdade. Mas há que ter em conta o enorme ataque dirigido contra a Escola e contra os Professores e reconhecer que, tendo perdido algumas batalhas, conseguimos manter o essencial: um ECD que não divide a classe em professores de primeira e de segunda, um ritmo de progressão na carreira que, não sendo bom, é muito melhor do que o que se passa nos restantes sectores da administração pública e uma avaliação de desempenho de que foram expurgados os aspectos mais gravosos).

Para que esta unidade na diferença se mantivesse e fosse possível construir o que se construiu foi também muito importante a atitude dos outros sindicatos da FENPROF e do secretário-geral. A grande conclusão é a de que, como sempre defendemos no SPGL, a unidade na diferença é muito mais dinâmica do que a unanimidade acrítica de consensos forçados. Por isso, o facto de o SPGL se apresentar a este Congresso integrando uma lista única apresentada pelo secretariado nacional (é de admitir que surjam outras exteriores ao SN e a este espírito de unidade) não significa qualquer menor empenho na afirmação da sua independência, na afirmação das suas diferenças, na afirmação das características que o tornam no maior e provavelmente o mais dinâmico sindicato da FENPROF. Aceitámos de bom grado a proposta que o secretariado nacional fez de que indicássemos o candidato a presidente do Conse-

lho Nacional porque a entendemos como mais um sinal de que a busca da unidade na diferença continuará a ser a bússola que orientará a FENPROF no próximo triénio. E registamos com alegria o apoio de todos à indicação do João Cunha Serra, desde há muito o principal pilar do sector do ensino superior quer no SPGL quer na FENPROF, homem de ideias firmes e claras, alguém que não desiste facilmente das suas opiniões mas sempre disponível para salvadoras convergências.

Reconhecemos toda a competência e isenção do Manuel Menezes no desempenho das suas funções de garantia do respeito pela legalidade estatutária – e daí o nosso apoio convicto.

Surge este X Congresso num período muito difícil para o país e por isso mesmo, para a Escola e para os professores e educadores. A tentativa de sair da crise em que mergulhou o sistema de capitalismo financeiro, crise inevitavelmente provocada pelo modelo económico assente na especulação bolsista e na artificialização da economia, através de uma nova guinada para políticas neoliberais assentes na redução do papel do Estado e, por conseguinte, na privatização de sectores até agora públicos, augura acrescidas dificuldades na consecução do que tem sido o caminho procurado pela FENPROF: o da construção de uma escola pública de qualidade para todos. O empobrecimento geral do país, traduzido no aumento muito preocupante do desemprego – que atinge sobretudo os que já eram os mais pobres – e na diminuição real dos salários, não deixa antever facilidades na luta pelos direitos de quem trabalha, ao mesmo tempo que ameaça agravar a vida nas escolas porque no seu quotidiano se reflectem de forma muito nítida as crises da sociedade. Torna-se necessário não ir pelo caminho mais fácil da exclusão escolar mas exigir simultaneamente a qualidade de trabalho e de aprendizagens da escola pública, sem o que se acentuarão os sinais de desigualdade e de injustiça social. Não basta que a Escola seja pública: é necessário que ela seja a melhor, a mais apetrechada, a mais apoiada porque a escola pública é a escola da maioria dos portugueses. Uma escola pública de elevada qualidade e com condições de sucesso é uma aposta na justiça social contra os privilégios de elites económicas e confessionais que fazem das grandes escolas particulares o seu ponto de apoio e para quem a descrédibilização da escola política é uma meta a atingir. É a isto que o Congresso terá de dar resposta. ■



Quem dá menos pelos professores das AEC's?

Denunciar a situação de milhares de professores que asseguram, em situações extremamente precárias, a “Escola a tempo inteiro”, foi a razão de ser do protesto simbólico que teve lugar frente ao Ministério da Educação e de que aqui reproduzimos também a notícia divulgada no site do SPGL. Uma luta – que é para continuar - e que implica a mobilização deste profissionais, que já realizaram várias reuniões na sede do SPGL

“O dinheirinho pode atrasar / sem contrato estão a trabalhar / não há direito a reclamações / só trabalhar sem nenhuma condições”. Foi este o significativo refrão entoado por meio dúzia de “candidatos às AEC's” na dramatização que teve lugar dia 11 de Março, simbolizando - através de uma “venda em hasta pública” - a forma como são tratados estes profissionais. O momento alto do primeiro protesto de trabalhadores das Actividades de Enriquecimento Curricular, em frente ao Ministério da Educação. Este acto simbólico incluiu também a transformação em mural de um muro improvisado, em que foram inscritas várias mensagens e exigências. Da afronta que é a própria forma como estes trabalhadores são contratados “Sub-aluguer de pessoas não é

solução” ou “Recibos? Há, mas são verdes”, às inevitáveis consequências dessa realidade na vida e funcionamento das escolas “Escola pública de qualidade não pode tolerar precariedade”.

A concluir esta acção de protesto, uma delegação – incluindo uma professora e representantes dos organizadores (Sindicato de Professores da Grande Lisboa, Movimento Escola Pública e Precários Inflexíveis) – foi recebida no Ministério da Educação, onde entregou as reivindicações entretanto discutidas nos plenários realizados e recolhidas nas cartas enviadas pelos professores.

Ficou o compromisso, por parte do ME, de que está atento à implementação das AEC's e que serão avaliadas as razões e reivindicações apresentadas.

Carta à Ministra da Educação

Na carta entregue, no Ministério da Educação, no quadro desta iniciativa de protesto, sublinha-se a necessidade de o Governo assumir “as suas responsabilidades, pondo cobro às ilegalidades e organizando uma resposta educativa e social na escola pública que dignifique o país e responda às necessidades das famílias e das crianças.”

Nesse sentido, os profissionais das AEC's entendem que “o Inglês deve ser integrado no currículo nacional do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e que as restantes Actividades devem ser organizadas num contexto preferencialmente lúdico, sempre após as actividades curriculares e com profissionais com um regime laboral estável num quadro de dignifi-



cação destes monitores / docentes.”

Por outro lado exige-se ao Ministério da Educação que “não delegue as suas competências nesta matéria às autarquias que, a maior parte das vezes, se vêem obrigadas a recorrer a empresas de recrutamento de mão-de-obra.”

De imediato, os trabalhadores das AEC's exigem: o fim do recurso a recibos verdes; o fim da subcontratação; o fim do atraso nos pagamentos; a fiscalização, por parte das entidades competentes, das condições laborais; a colocação destes profissionais através de procedimentos concursais claros. ■

Para mais notícias, ver www.spgl.pt



Administração Pública

Concentração distrital em Lisboa no dia 20 de Maio

No início do ciclo de discussão com o Governo das propostas sobre salários e outras matérias, a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (que o SPGL e a FENPROF integram) aprovou um conjunto de acções de que a Manifestação Nacional do passado 5 de Fevereiro e a greve de 4 de Março foram as primeiras.

Relativamente à Manifestação Nacional já aqui demos nota na edição anterior desta revista.

Quanto à greve nacional da administração pública ela teve uma expressão menor do que seria necessário, entre os professores. No entanto, muitas escolas encerraram, em grande medida, diga-se em abono da verdade, devido à greve do pessoal não docente. Mesmo assim, e nesta conjuntura que sabíamos desfavorável, algumas escolas e agrupamentos registaram assinaláveis níveis de adesão entre o pessoal docente.

Esta foi uma verdadeira greve geral já que a ela aderiram praticamente todas as estruturas representativas de pessoal do sector, incluindo a FESAP (afecta à UGT) e o STE. No caso do SPGL a adesão foi decidida em assembleia-geral, realizada no dia 25 de Fevereiro, e aí votada por unanimidade.

Do conjunto de acções para este ano foi decidido realizar um conjunto de concentrações distritais. Em Lisboa, a concentração será dia **20 de Abril, pelas 10 horas, frente ao Ministério das Finanças**, no Terreiro do Paço.

Em finais de Maio voltaremos à rua em manifestação nacional.

Resta acrescentar que, com a aprovação do PEC, aumentam as razões para exigir do Governo que não faça dos trabalhadores da administração pública os bodes expiatórios de uma crise para a qual em nada contribuiram. ■

Negociação do CCT do Ensino Particular e Cooperativo



Já se iniciou o processo de revisão do CCT do Ensino Particular Cooperativo entre a FENPROF e a AEEP para 2010, tendo-se realizado, desde Janeiro, três reuniões de negociação.

A AEEP afirmou que este processo agora iniciado tem como objectivo a revisão do clausulado geral e a sua adaptação ao novo Código do Trabalho, bem como a apresentação de uma nova estrutura de carreira docente. Referiu ainda que a matéria relativa às actualizações salariais seria considerada dentro do pacote global, tendo, na última reunião realizada, “ameaçado” que quanto mais demorasse o estabelecimento de um acordo mais se atrasaria a aplicação das novas Tabelas Salariais que viessem a ser negociadas, não havendo lugar a aplicação retroactiva das mesmas.

Relativamente à nova proposta de Estrutura de Carreira Docente, a AEEP propõe, agora, uma carreira única, um aumento da duração da mesma para se chegar ao topo, acabar com os três níveis iniciais de duração de 1 ano, deixando de haver qualquer nível com vencimento inferior a mil euros, a permanência de 4 anos em cada nível e a introdução de um número ou percentagem de vagas, a definir, para acesso a dois níveis da carreira.

Foi igualmente proposto pela AEEP re-

ver o actual regulamento de avaliação de desempenho dos docentes, designadamente prevendo a possibilidade da criação de uma comissão de avaliação, composta pelo Director Pedagógico ou membro da Direcção Pedagógica, Coordenador da área disciplinar do avaliado ou Coordenador de ciclo no pré-escolar e 1º CEB e um docente indicado pelo Conselho Pedagógico ou pelo conjunto dos docentes do estabelecimento.

A FENPROF referiu que a sua posição é de abertura para negociar quer as questões salariais, quer o clausulado geral, mas recusou liminarmente que as novas Tabelas Salariais a acordar tenham outra data de entrada em vigor que não o dia 1 de Janeiro de 2010.

Em relação ao clausulado geral, realçámos a importância que tem para a FENPROF, na negociação, a matéria referente a horários de trabalho, cuja proposta de revisão já foi entregue à AEEP.

Relativamente à estrutura de carreira, a FENPROF já apresentou uma contraproposta, tendo também apresentado alguns contributos relativos à avaliação de desempenho.

O processo negocial irá continuar – está já nova reunião marcada para o dia 13 de Abril –, sendo preocupação da FENPROF manter ao longo do processo negocial a habitual firmeza na defesa das melhores condições de trabalho possíveis dos docentes e da dignificação da função docente no Ensino Particular e Cooperativo. ■

Quatro pinceladas de negro.... breves respingos de branco

A Educação e Ensino Especial tem vindo a ser pintada de negro há já quatro, quase cinco anos... Os autores destas negras telas, quais obras-primas de ausência de futuro, têm sido os ocupantes da Avenida 5 de Outubro! Surgem agora pinceladas de tinta branca resistente...



Filomena Ventura
Dirigente do SPGL

1ª Pincelada – A publicação do Decreto-lei nº 3, em 7 de Janeiro de 2008, retirou das medidas educativas centenas de alunos durante o ano lectivo 07/08. Em Setembro de 2008, os professores dos grupos/turmas viram-se confrontados com turmas de 25 a 30 alunos sem que estes beneficiassem de medidas de apoio especializado.

Ao longo deste ano lectivo surgem as denominadas “monitorizações” aos processos administrativos dos alunos abrangidos pelas medidas educativas da Educação Especial. Como se já não bastasse a primeira pincelada de negro (ainda a secar a tinta), com o sofisma de monitorização tenta-se retirar ainda mais alunos pela análise de documentos... Retoque final do negro a pincelar: os alunos surgem como documentos preenchidos, sem a qualidade de Seres Humanos....

Mas depois da noite de breu despontarão as primeiras claridades! Alguns docentes clarificam as coisas a estas tomadas de decisões administrativas: se pela análise cega de documentos se tenta cumprir estatísticas administrativas, quem fala com os encarregados de educação são os autores e agentes da monitorização! Tão céleres a ditarem regras de “monitores” perdem a coragem no olhar os encarregados de educação e assim neste respingo de branco, ainda pequenino, surgem as primeiras resistências à tentativa de anulação dos alunos, resiste-se pensando no Futuro!

2ª Pincelada – Com o mesmo Decreto-lei criam as escolas de referência para alunos surdos e com baixa visão. Numa perspectiva de economia de mercado, onde as

mais valias são os benefícios em detrimentos dos prejuízos, afastam-se das famílias todos os alunos com surdez ou cegueira. Demagógicamente publicita-se a rentabilização dos recursos e todos os não interessados aplaudem...

Os alunos portadores de surdez ou de baixa visão são afastados das suas famílias e das suas comunidades para melhor se prepararem para o mundo do trabalho. Sem uma noção de que regressarão às suas comunidades para as interrupções lectivas e que nessa comunidade sofrerão o isolamento porque ninguém domina a Língua Gestual, ninguém foi sensibilizado para as dificuldades da mobilidade dos portadores de baixa visão...

Surge um breve apontamento de branco resistente quando os pais recusam deixar que os seus filhos se ausentem da sua comunidade. Branco de resistência familiar pensando no Futuro!

3ª Pincelada – Nas escolas e agrupamentos a implementação do famigerado Decreto-lei leva a leituras atentas da possibilidade de cumprindo a legislação se puder alargar a legislação.

Na continuidade da parábola de que partir um só ramo é mais fácil do que o conjunto de ramos, os docentes de educação especial juntam-se aos profissionais de saúde, aos psicólogos, aos terapeutas e, cumprindo a aplicação de um documento de Saúde, sem realizar um acto médico, consegue-se iniciar um trabalho de alargar a implementação de medidas educativas especiais aos alunos que estiveram um ano lectivo sem apoios especializados.

Uma mancha branca de resistência começa a surgir nas escolas e agrupamentos. Um respingo de tinta de resistência inicia a sua invasão, alastrando lentamente...

Decorridos dois anos de implementação de

um diploma legal cujo objectivo era implementar estatísticas cegas porque administrativas, o número de alunos abrangidos pelas medidas de necessidades educativas especiais começa a aumentar!

A realidade do quotidiano escolar não se compraz com medidas de economia de mercado...

Alargam-se os respingos de resistência a pensar no Futuro...

4ª Pincelada – Dos gabinetes surgem ordens para as escolas e agrupamentos, para a criação de unidades de referência para alunos portadores de autismo ou de multi-deficiência. Numa postura de superioridade administrativa, sem cumprir a legislação ou tentando ignorá-la, tentam-se seduzir directores para a criação destas salas...

Nova pincelada de branco resistência: a legislação dever-se-à cumprir! Como não foi iniciativa do agrupamento recusa-se a abertura e criação destas salas.

Nesta tela que é a Educação e Ensino Especial, pintada de negro retinto pelo ministério, surgem breves apontamentos de branco resistência...

Nas escolas e agrupamentos, com a necessidade de colmatar dificuldades e de responder correctamente aos alunos, iniciou-se, lentamente e muito devagarinho, a resistência! No dia a dia das escolas e agrupamentos precisamos de responder, de forma rápida, coerente e eficaz, às necessidades educativas dos alunos. Não procuramos a alteração de estatísticas internacionais a curto ou médio prazo... Precisamos de respostas no agora!

Que o negro retinto do quadro pintado administrativamente se cubra lenta mas definitivamente de pinceladas enormes de branco resistência, mas pintado de forma que não possa alterar a cor... ■

Novos desafios aos profissionais de Educação na Europa

Uma iniciativa do Gabinete de Estudos do SPGL



“Novos desafios aos profissionais de Educação na Europa” foi o tema da Conferência que teve lugar a 13 de Março, no Hotel Zurique, em Lisboa. A primeira iniciativa do Gabinete de Estudos do SPGL, realizada com o apoio da Fundação Friedrich Ebert. Esta reflexão sobre a escola e o seu futuro contou nomeadamente com a participação de outros sindicatos da Plataforma e da CGTP-IN. Um debate que oscilou entre a denúncia e análise dos muitos problemas que se têm vindo a acumular nas escolas, e as perspectivas para o futuro. Em tempos difíceis.

Nove mil professores aposentaram-se nos últimos 2 anos, muitos com penalizações significativas. Um testemunho incontornável da frustração, do profundo descontentamento que grassa nas escolas. Pelo que se impõe, como afirmou Óscar Soares na abertura da Conferência, “encontrar respostas para construir uma escola onde valha a pena trabalhar”. Procurando “no diálogo as soluções possíveis”.

Administração Pública e Professores Problemas comuns, problemas específicos

A redução de despesas na Administração Pública traduz-se em redução na qualidade dos serviços, como sublinhou Joaquim Dionísio da CGTP, que alertou ainda para que a questão

recorrente “peso do Estado” ser de facto uma questão ideológica. Temas que foram retomados e aprofundados por vários intervenientes.

A abordagem do tema modernização da Administração Pública, por parte dos governantes, “é sempre sinónimo de desregulação, de externalização de serviços, de redução ao mínimo da variedade de respostas que esta deverá dar. O chavão *menos Estado, melhor Estado*, está sempre presente”, lembrou Mário Nogueira. E sublinhou: “Quando falamos em AP estamos a falar de serviços que deverão ser prestados pelo Estado aos cidadãos, no quadro da assunção das suas responsabilidades sociais, sabendo-se que estas deverão ser correctoras de assimetrias e dar respostas adequadas em áreas importantes da vida em sociedade como a Educação, a Saúde, a Segurança Social, a Justiça, entre outras”. Entretanto, “No seu afã de alijar responsabilidades e reduzir as funções

sociais que lhe estão atribuídas, várias têm sido as tentativas de, em nome da modernização, limitar essas responsabilidades a um grupo de áreas ditas essenciais como são a defesa, a segurança interna ou a representação diplomática. Esta *modernização*, concretizada através da chamada reforma da AP, corresponde a um inaceitável projecto de subversão constitucional e social”.

As alterações do quadro legal que, embora baseadas em alteração das regras gerais da administração pública, tiveram **especificidades na profissão docente**, foram abordadas por Manuel Grilo, do SPGL, que referiu três grandes áreas.

Antes do mais, a área do emprego, em que o peso da precariedade aumentou de forma exponencial. “Entre Setembro e Dezembro do ano passado foram contratados 23000 professores e educadores enquanto no concurso de vinculação de professores, para o mesmo ano, apenas 396 entraram nos qua-

dros”.

Uma segunda área diz respeito à carreira, e em particular à avaliação de desempenho e constituição de duas categorias profissionais. “Área em que a contestação nestes últimos três anos se concentrou e de modo nunca visto em Portugal”. Objectivo: o controle dos professores e das escolas. “As alterações ao modelo de gestão escolar, concentrando num director plenos poderes, constituiria o remate deste propósito”. A terceira área diz respeito às condições de trabalho e, em particular, aos horários de trabalho.

Após as eleições de Setembro o quadro sofreu alterações. Mas há grandes áreas em que o confronto se perfila como muito provável: gestão das escolas, horários de trabalho, precariedade.

E agora?

Compasso de espera? Tempos de reflexão e debate? Tempos de “desconstrução e de resistência”? Que papel para os professores? E para os sindicatos? As respostas não são fáceis. Tanto mais que estão em causa **mudanças incontornáveis** na sociedade e na escola. O papel da internet, por exemplo, é um dado fundamental. “Permite rapidez de processos”, recolha de “informação e conhecimentos” não apenas avulsa. E exige repensar o próprio papel do professor. “Em busca de um novo sentido na transmissão de saberes”, nas palavras de António Avelãs. Mas assumindo-se sempre como “referência intelectual, agente de conhecimento, um ser reflexivo”, como salientou Óscar Soares.

Da realidade específica do nosso país ressaltam ainda factos como as (não) condições de trabalho existentes nas escolas, em contraste com as directivas europeias, como referido por Fátima Ferreira, da ASPL. Ou ainda a perversidade das *bitolas* existentes para a medição do sucesso dos alunos, salientada por Dias da Silva, da FNE, que centrou também a sua intervenção no reforço da profissionalidade (incluindo formação inicial, horá-

rios de trabalho, lideranças na gestão escolar e precariedade da profissão).

Na luta dos últimos três anos, como no processo actualmente em curso, **o papel dos sindicatos** afirma-se como decisivo. Implicando entretanto unidade na diversidade, o alargamento das formas de participação democrática, “dar voz aos directamente interessados”. Em confluência com a necessidade de uma sociedade civil forte.

Em tempos de mudança, a reflexão sobre essa mudança surge como fundamental.

Como é referido no convite à participação na conferência, pretende-se “uma procura de respostas/caminhos para a Escola Portuguesa que faça renascer a esperança numa escola de qualidade e de sucesso”.

Uma procura de caminhos que passa também por perguntas/questões incómodas, como as formuladas por António Avelãs. Por exemplo: “como será possível conciliar a vida nestas escolas multiculturais e de integração social com a exigência de imprescindíveis aprendizagens escolares (ainda que por vezes talvez bastante *escolásticas*)”? Ou: “face a todos estes conflitos nas escolas públicas, estaremos condenados a caminhar para uma divisão elitista entre *escolas para todos* e *escolas só para os melhores* (sabendo nós que este *melhores* significa sobretudo os mais ri-

cos)”? Ou ainda: “Quais são os valores dominantes nas sociedades de hoje?”.

Uma questão que conduz à resposta: “O culto do individualismo é a matriz das nossas sociedades. E esses valores atravessam as escolas, quer entre os alunos quer entre os professores”.

Muita matéria para pensar. Para que uma escola inclusiva, solidária e humanista seja possível. A Conferência não definiu estratégias. Mas ficou a certeza da necessidade imperiosa de, em tempos de grande consumismo, se encontrar momentos de reflexão, de união, de empatia, de procura de uma visão holística para o futuro, onde o ser humano, na sua complexa identidade, seja sempre o elemento fulcral dessa procura. ■





Os direitos sindicais defendem-se exercendo-os e tornando cada infracção à Lei Sindical num combate exemplar. Assim é e será na Casa Pia de Lisboa

Injustificação de falta ao abrigo da Lei Sindical a Delegada Sindical, quando participava em reunião de negociação com a Direcção da Casa Pia, origina acção sindical em defesa dos direitos sindicais.

Óscar Soares
Dirigente do SPGL

A Casa Pia de Lisboa é uma Instituição que engloba seis Estabelecimentos de Ensino, cujo Ministério de Tutela é o Ministério do Emprego e Segurança Social, o que lhe dá alguma margem de manobra para a aplicação da legislação geral, adaptando-a à sua especificidade própria, decorrente de lidar com crianças em situação de risco.

Essa possibilidade, o elevado índice de sindicalização no SPGL e uma acção sindical interventiva, estão na base duma vida sindical com apreciável dinamismo, sendo prática regular a realização de reuniões de trabalho dos delegados e dirigentes sindicais com a Direcção da Casa Pia e, a nível de cada estabelecimento, com o respectivo Director.

Este trabalho tem sido concretizado num clima cordial, pesem embora naturais diferenças de posição que existem entre a estrutura sindical e a Direcção da Casa Pia, e algum atrito existente a nível de alguns dos estabelecimentos, designadamente com o CED Pina Manique.

Esse clima de trabalho, assente no respeito mútuo e no reconhecimento da legalidade e correcção da intervenção sindical e também das vantagens dum diálogo social alar-

gado, foi posto em causa pela ratificação, pela Direcção da Casa Pia, da injustificação pelo Director do Colégio Pina Manique duma falta dada por uma delegada sindical quando ... **participava numa reunião de trabalho com a Direcção da Casa Pia, pelo que faltou por isso a duas reuniões de avaliação.** Tal injustificação suporta-se numa leitura restritiva da lei em vigor no que respeita a faltas a reuniões de avaliação que só poderiam ser justificadas por atestado médico. Isto é inaceitável e consubstancia um ataque à intervenção sindical que se tem desenvolvido na Casa Pia e, principalmente, é um ataque ao livre e responsável exercício dos direitos sindicais.

O modo como se tentou impor a injustificação da falta, ultrapassando a contestação sindical, é uma clara manifestação de falta de transparência e de autoridade da Direcção da Casa Pia de Lisboa que, tendo sido induzida em erro pela informação que lhe foi transmitida pelo Director de Pina Manique, sobre a alegada não entrega no prazo da justificação da referida falta, divulgou uma nota em que justificava a sua posição, entre outros, com tal incumprimento e que viria a retirar face à nossa contestação a tal falsidade.

Só que a justificação de falta entregue e logo “desaparecida” acabou por ser encontrada, levantando um novo problema, o de quem era o responsável por tal desaparecimento e como ocorrera, questões que deveriam ter resposta no inquérito que a direcção da Casa Pia mandou efectuar.

O desaparecimento e posterior reaparecimento da justificação são graves, mas não tiveram até agora consequências, pois os resultados do inquérito efectuado não foram divulgados nem foram tomados em consideração para a necessária correcção da decisão de ratificar a injustificação apesar do SPGL ter solicitado repetidamente, por ofício e em reunião, que as conclusões desse

inquérito fossem divulgadas e tomadas em consideração.

O arrastar deste problema tem sido mais uma estratégia para forçar o SPGL a aceitar uma situação de facto que, deixamo-lo claro, não aceitaremos e contra a qual recorreremos a todos os métodos legítimos.

Assim, a Direcção do SPGL accionou o Fundo de Solidariedade do nosso sindicato, no sentido de evitar que a Delegada Sindical em causa seja prejudicada financeiramente e patrocinou a elaboração e circulação dum abaixo-assinado de apoio à referida delegada sindical, de repúdio pela actuação do Director de Pina Manique e pela incapacidade da Direcção da Casa Pia de resolver o problema, o qual mereceu o apoio expresso de maioria dos docentes de Pina Manique. Requeremos a realização duma reunião à Comissão de Trabalho da Assembleia da República, onde apresentámos a nossa posição sobre esta situação específica e sobre o seu enquadramento jurídico, em que um direito legalmente reconhecido conflita com a legislação sobre avaliação dos alunos, numa contradição que urge clarificar, tendo a referida comissão considerado este caso passível da sua intervenção no respeito pelas suas competências no quadro legal existente.

A injustificação da falta a uma delegada sindical quando ela participava numa reunião com a Direcção da Casa Pia e por esta ratificada levar-nos-á assim a outras iniciativas, passando nomeadamente pela tomada de posição activa dos professores, aprovando moções e tomadas de posição designadamente no próximo Congresso da FENPROF.

Os direitos sindicais devem ser defendidos!

A sua defesa passa pela sua concretização e por tornar cada infracção à Lei Sindical um combate exemplar a nível jurídico e sindical. ■

11 Mulheres na 1ª República

“**D**ar rosto às coisas”. Foi essa a ideia que esteve na base da exposição *11 Mulheres na 1ª República*, patente na sala de exposições do SPGL ao longo do mês de Março.

A exposição, constituída por breves biografias de 11 mulheres, contemporâneas da República, que de algum modo marcaram a história do nosso país, associava assim, numa homenagem simbólica, os 100 anos da proclamação do dia 8 de Março como Dia Internacional de Luta das Mulheres e os 100 anos da proclamação da República Portuguesa. Na sessão de inauguração da exposição, que contou com a presença de representantes da CGTP, MDM e UMAR (e naturalmente do SPGL), sublinhou-

se essa ligação entre luta pela igualdade e pelos direitos e a República.

As imagens e biografias das *11 mulheres* são rostos, exemplos concretos entre muitos outros possíveis, de vidas que testemunham da força de vontade, ânimo e por vezes sacrifício pessoal, que são “a única maneira de se avançar”.

Muita coisa mudou ao longo destes anos. Para as mulheres e para os homens. (Hoje “os homens também podem chorar”. E exigir direitos como pais.) Mas há discriminações que se mantêm. Como lembra a Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP, as discriminações salariais, por

exemplo, continuam a ser uma realidade. As mulheres auferem menos 19% do salário médio mensal dos homens, sendo que nas profissões com níveis de qualificação superior as diferenças chegam a atingir os 30%.

Assim, lembrar algumas histórias de mulheres marcantes na República, para lá da importância de preservar a memória, mantém toda a sua actualidade. Porque – num contexto naturalmente diferente – a luta pela igualdade e direitos continua a fazer todo o sentido. ■



“Mãe, a Lua Está Estagada”

Penélope no Mundo da Lua

• **Luís Sá Fernandes**

Berbequim das Letras

Sinopse

Penélope é acordada no meio da noite, ouvem-se estranhos barulhos debaixo da sua cama... Os Verduscos, vindos de Marte, trazem-lhe uma má notícia: a Lua está a desfazer-se.

Acompanhada pela sua amiga, Galinha Pita, Penélope inicia uma longa aventura, percorrendo o Lado Iluminado da Lua. Ela atravessa o Mar do Esquecimento, até chegar à cidade do requeijão de Luna Plena, onde vai obter ajuda de vários ratinhos lunares. Aí confirma-se que algo se passa de errado com a Lua — toda a cidade é devastada por um lunamoto.

Sabendo que a resposta para aqueles constantes lunamotos se encontra no Lado Obscuro da Lua, os nossos amigos dirigem-se para Fins Luna, o último entreposto lunar, que serve de fronteira entre as duas faces lunares.

Já no Lado Obscuro, os aventureiros vão explorar um estranho mundo povoado pelos Grunhos que in-

vejam a luz artificial, o Vitreon, obtida nas encostas de uma imensa cratera verdejante, o Olho de Hórus. Esse mundo é povoado pelos Latinhas e por grandiosos flamingos que estão sob a protecção de Júlio Verne. Este último, refugiou-se aí para se dedicar inteiramente à escrita.

Num momento posterior, a expedição dirige-se à Pirâmide de Tot, onde, no limite da sua estrutura, se recorta um profundo precipício — falta um pedaço à Lua, confirmando-se, assim, a sua gradual destruição.

Explorando o interior da pirâmide, o grupo de amigos descobre o barco alado de Hótus, através da resolução de um conjunto de enigmas. Tal facto, permite-lhes navegar no espaço sideral, em busca do Quarto-de-Lua em falta.

Pelo caminho encontram o cometa Faúlha que lhes dá um “empurrão” até ao Quarto-Crescente. Aí, descobrem que os Verduscos não eram verdadeiramente seus amigos. Estes queriam destruir a Terra: provocariam um eclipse solar permanente, o planeta Terra congelar-se-ia com o objectivo final de roubar toda a água do nosso planeta e de transportá-la para o inóspito planeta de Marte.

Finalmente, Penélope, a predestinada, consegue resolver o último enigma, salvando miraculosamente a Terra e a Lua da catástrofe premeditada pelos Marcianos, destruindo-os.

Ao chegar a casa, a galope de uma ovelhinha-nuvem, Penélope vislumbra pela janela da sua casa, na companhia da sua mãe, a Lua cheia reflectida num mar prateado. ■



Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF perde um valioso quadro e um extraordinário amigo

Faleceu, inesperadamente, no passado dia 12 de Março, o colega Nuno Ferreira Rilo, Coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação do Sindicato dos Professores da Região Centro, membro do Conselho Nacional da FENPROF. O Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF perde assim, repentinamente, um dos seus mais experientes e qualificados quadros, homem de fortes convicções e de grande coerência de actuação. Pessoa de enorme lealdade, de coração aberto ao próximo, grande amigo de todos, que procurava ouvir e considerar todas as opiniões, o Nuno Rilo deixa a todos quantos o conheciam e com ele trabalharam um forte sentimento de perda e a certeza de que se a sua substituição, embora com dificuldade, se fará, no que se refere às funções que exercia, ela será sempre impossível quanto à excepcionalidade da sua personalidade e das suas qualidades de Homem e de lutador. O Nuno Rilo deixa, assim, em todos nós muitas saudades.

O Departamento do Ensino Superior e Investigação do SPGL



Uma grande perda Morreu Rogério Fernandes

A morte de Rogério Fernandes deixou mais pobres todos os que com ele conviveram e trabalharam e tiveram a alegria de partilhar projectos, tarefas, ideais e objectivos nas mais diferentes áreas da vida – da intelectual à política, da filosofia à literatura, do jornalismo ao sindicalismo, da investigação à praxis cívica e política.

Rogério Fernandes pertencia a uma rara plêiade de homens que pelo seu amplo e profundo humanismo granjeavam natural admiração junto dos seus contemporâneos, não só pela sua diuturna actividade cívica e intelectual mas também pela sua fascinante arte de conversador com que desenhava e iluminava de um modo muito afectivo os caminhos da amizade.

Era um homem de princípios: não só os da honra e da ética, do civismo e da política, mas também os da solidariedade e os do respeito nas relações humanas, comprovados nas mais discretas atitudes, como a de não se esquecer, quando a doença ia abrindo caminho para a sua prematura morte, de avisar e justificar a sua ausência à que, em sua vida, foi a última reunião do Conselho Geral do SPGL.

À sua família, aos seus amigos deixa a rica herança da sua obra e da sua vida e a

inapagável saudade do seu convívio, da sua ternura e da sua amizade. Também da sua palavra porque nela sempre se ergueu inteiro, puro e frontal.

Rogério Fernandes nasceu em Lisboa em Outubro de 1933. Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutorou-se em Educação (Secção de História e Filosofia da Educação) pela mesma Universidade. Foi assistente da Secção de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa entre 1957 e 1960. Foi bolseiro do Centro de Investigação Pedagógica do Instituto Gulbenkian de Ciência entre 1970 e 1974. Desempenhou funções de Director Geral do Ensino Básico entre 1974 e 1976. A partir desse ano integrou o quadro da Inspeção Geral de Educação. Era Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Foi Director das revistas “Seara Nova” e “O Professor”. Desempenhou funções de redactor, sub-chefe e chefe de redacção do Jornal “A Capital”. Foi membro da Associação Portuguesa de Escritores, a cuja primeira direcção pertenceu e sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Entre a sua bibliografia destacam-se: “Ensaio sobre a Obra de Trindade Coelho” (1961), “Ensino: Sector em Crise” (1967), “Três tiros e uma mortalha” (contos), (1969), “João de Barros – Educador Republicano” (1971), “Situação da Educação em Portugal” (1973), “Educação: uma frente de luta” (1977), “O pensamento pedagógico em Portugal” (1978), “A pedagogia portuguesa contemporânea” (1979), “O despertar do associativismo docente 1813-1820” (1989), “Os Caminhos do ABC – Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras” (1994).

Paulo Sucena

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa

•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direccao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios

•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso

•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos

•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)

•TEL: 21 381 9143
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559

•Parede

Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

•Vila Franca de Xira

Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487
E-Mail: vilafranca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

•Caldas da Rainha

Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

•Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes

Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt

•Santarém

Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

•Tomar

Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

•Torres Novas

Lg. José Lopes dos Santos,
Edif. Santa Isabel - 2º

2350-686 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal

Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

•Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

•Almada

R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

Departamento de
Professores e Educadores
Aposentados

ALEMANHA e POLÓNIA 18 a 25 de Julho

Preço: 1460€ pessoa em quarto duplo (4x365€) • 1780€ em quarto individual (4x445€)
Forma de pagamento: 4 cheques pré-datados • 23/Abril, 23/Maio, 23/Junho, 15/Julho

8 DIAS - VOO REGULAR LUFTHANSA - GUIA PORTUGUÊS - 13 REFEIÇÕES - HOTÉIS de 4* e 5*



1º DIA – LISBOA / BERLIM

Comparência no aeroporto 120 minutos antes da partida em voo regular com destino a Berlim. À chegada desembarque assistido pelo guia exclusivo de língua portuguesa que acompanha a viagem. Jantar e alojamento no Hotel Movenpick**** ou similar.

2º DIA – BERLIM / POTSDAM / BERLIM

De manhã, visita com guia local a Potsdam e ao sumptuoso Neues Palais, que faz parte do complexo palaciano de Sans Souci. De tarde visita panorâmica da cidade símbolo da Guerra Fria.

3º DIA – BERLIM / DRESDEN

Partida para Dresden. Visita panorâmica à famosa e culturalmente rica "Florença do Elba". Jantar e alojamento no Hotel Maritim Dresden**** ou similar.

4º DIA – DRESDEN / WROCLAW / CRACÓVIA

De manhã partida para Wroclaw. Continuação para Cracóvia, uma das maiores cidades do país, classificada Património da Humanidade pela UNESCO. Jantar e alojamento no Hotel Andel's Krakow**** ou similar

5º DIA – CRACÓVIA

Visita desta histórica cidade. De tarde, visita às Minas de Sal de Wieliczka, também classificadas pela UNESCO como Património da Humanidade. À noite, jantar num restaurante judeu com música típica.

6º DIA – CRACÓVIA / AUSCHWITZ / SANTUÁRIO DE CZESTOCHOWA / VARSÓVIA

Visita ao Campo de Concentração de Auschwitz. Após o almoço em restaurante local, visita ao Santuário de Czestochowa. Seguimos em direcção a Varsóvia, cidade, reerguida sobre os escombros da 2ª guerra mundial. Jantar e alojamento no Hotel Radisson SAS***** ou similar.

7º DIA – VARSÓVIA

Visita da capital da Polónia. De tarde, visita ao Palácio Wilanow, monumento barroco pertencente a João Sobieski. À noite, para despedida, jantar típico com dança e música polacas.

8º DIA – VARSÓVIA / LISBOA

Pequeno-almoço buffet no hotel. Em hora a combinar partida para o aeroporto. Formalidades de embarque e partida em voo regular, via cidade europeia, com destino a Lisboa. Chegada ao Aeroporto de Lisboa. FIM DA VIAGEM.

Inscrições até 23 de Abril

O PREÇO INCLUI

- Passagem aérea classe económica em voo regular Lufthansa, de Lisboa, via cidade europeia, e transporte de 20 Kg de bagagem;
- Assistência nas formalidades de embarque;
- Circuito em moderno autocarro de turismo de acordo com o itinerário;
- Acompanhamento de guia português durante

toda a viagem;

- Alojamento nos hotéis indicados ou similares,
- Refeições indicadas no itinerário - 13 Refeições
- Guias locais seleccionados em Varsóvia, Cracóvia e Berlim;
- Restantes visitas orientadas pelo nosso guia privativo;
- Visitas e entradas conforme programa;
- Serviço de bagageiros à saída dos hotéis (1 peça de bagagem por pessoa);
- Seguro Multiviagens – capital €30.000*;
- Taxas de turismo, serviço e IVA;
- Taxas de aviação.

O PREÇO NÃO INCLUI

- Bebidas, despesas de carácter pessoal e quaisquer serviços não mencionados como incluídos;
- Suplementos.

Notas Gerais:

- Os valores incluídos das taxas de aeroporto, segurança e combustível (173€ são à data de hoje e estão sujeitos a alteração sem aviso prévio pelo que serão reconfirmados no acto de emissão da documentação.
- **Serviço opcional:**
Seguro VIP – 30€ (inclui seguro de cancelamento e interrupção de viagem).



ALMOÇO COMEMORATIVO DO 25 DE ABRIL - 17. ABRIL - CLUBE RECREATIVO DA CRUZ DE PAU

A Inter-Reformados/Lisboa vai realizar o Almoço Comemorativo do 36º Aniversário da Revolução de Abril.

Este Convívio contará com a participação de Reformados e Dirigentes Sindicais e constará de um Almoço precedido de um Debate sob o tema "Os Direitos dos Reformados, Aposentados, e Pensionistas – antes e depois da Revolução de Abril."

Pretende-se que as comemorações desta data histórica sejam um dia de convívio, mas também uma reflexão séria sobre as transformações das relações de trabalho e do sistema de reformas da nossa geração antes e depois do 25 de Abril.

PROGRAMA

10h00 - DEBATE

"Os Direitos dos Reformados, Aposentados, e Pensionistas – antes e depois da Revolução de Abril."

12h30 – ALMOÇO/CONVÍVIO

14h30 - VISITA AO SEIXAL

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS Ficha de Inscrição – ALEMANHA e POLÓNIA – 18 a 25 Julho

Nome _____ idade _____ Nº de Sócio _____

Morada _____ Localidade _____

C.Postal _____ - _____ Telm _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade) _____

Pagamento: Cheques nº _____, nº _____, nº _____,

nº _____ do Banco _____ no valor total de _____ €

Os cheques deverão ser endossados ao SPGL

Nota 1: A ficha de inscrição, acompanhada dos respectivos cheques, deverá ser enviada até ao dia **23 de Abril**, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, ou entregue em mão na sede ou delegações do SPGL.

Nota 2: Os inscritos serão contactados logo que a viagem esteja confirmada. **Nota 3:** Telm. de contacto: 960202007



• *Visita a Vila Viçosa*



À Descoberta da Vila Viçosa – iniciativa enquadrada nas Jornadas Pedagógicas, que decorreu a 20 de Março - incluiu uma visita ao Palácio Ducal e Museu dos Coches, e um passeio guiado por um técnico da Câmara, em que se ficou a conhecer o património arquitectónico e histórico. E, em particular, a história de personalidades marcantes, como a poetisa Florbela Espanca.

Na tarde da visita a Vila Viçosa, local-que faz jus ao nome, tencionávamos conhecer melhor todos os seus recantos. Assim, reunimo-nos no Turismo à espera do guia. Logo à entrada, de corpo inteiro, uma foto da época, em grande dimensão, de FLORBELA ESPANCA, linda, chique, parecia suscitar questões, lembranças! Foi então, que perguntámos como saber mais sobre a sua vida. E, sorte a nossa, encontrava-se perto o Dr. Manuel Francisco Serrano, do Grupo de Amigos de Vila Viçosa, admirador profundo da poetisa, que aos poucos

nos foi falando dela. Ficámos então a saber que o pai de Florbela tinha tido uma relação amorosa com a governanta, segundo se crê, com a cumplicidade da própria esposa, que não podia ter filhos, e dessa união nascera Florbela. Criada com a mãe, numa casa que já não existe - depois da intervenção urbanística de Duarte Pacheco na vila - e levada, ainda menina, para junto do pai. Criada entre dois mundos, desenraizada em ambos, não é difícil entender a instabilidade emocional sentida durante a sua vida. Estudou em Évora, no liceu, mas foi expulsa, apenas por gostar de vestir calças. Essa postura de contestação e autenticidade marcaria toda a sua existência, não se sujeitando ao provincianismo preconceituoso do local onde nasceu, nem de outros que vivenciou no seu agitado percurso.

A casa do pai existe ainda, num local nobre da vila, revelando o estatuto privilegiado dos seus ocupantes. Soubemos também que, quatro dias antes de morrer, escreveu, no seu diário de capa roxa, que já não existia nada de novo – a desesperança, a tristeza, o desespero marcaram as suas últimas palavras. E, no poema breve, que dedicou a Vila Viçosa, pedia humildemente abrigo à terra que há muito deixara, numa derradeira súplica. Razão suficiente que justificou a transladação dos seus restos mortais, de Matosinhos (onde viveu após o seu último casamento) para a sua terra natal.

A morte, admite-se, podia ter sido acidental, visto ser habitual medicação para o seu estado depressivo, contudo, as palavras finais parecem indicar o contrário. De qualquer modo, a questão torna-se irrelevante porque, emocionalmente, Florbela já tinha morrido.



A Vila Viçosa de hoje fez as pazes com os seus melhores, aqueles que honraram a terra onde nasceram. Por isso, a avenida principal está repleta de esculturas, onde pretende perpetuar para as novas gerações a memória dos filhos da terra que injustamente tratou. ■

Lisboa, 20 de Março de 2010
Anunciação Gandarela

• *Ciência a Brincar*



O Auditório do SPGL “transformou-se, dia 12 de Março, num laboratório experimental de ciência. Aprender experimentando ou como a ciência pode ser divertida, foi o mote para esta acção, dinamizada por Paula Dionísio, Dina Clemente e Ana Noronha, e que teve uma excelente participação dos sócios.

Este workshop tinha como objectivo mostrar, como é referido na apresentação da iniciativa, que “a ciência pode ser abordada com crianças de todas as idades, de uma forma divertida e educativa”.

Foram realizadas diferentes actividades experimentais, que permitem “despertar a curiosidade, criatividade e imaginação das crianças, utilizando materiais de fácil acesso ou aquisição”.

Os nomes de algumas destas actividades, falam por si... “Ciência que se come...”, “Gloss de chocolate”, “pes-car... gelo”, “vulcão em acção”, “O balão que não fura”. ■

Aluga-se

Morada de férias em Peniche

Contacto: **91 619 26 35**

Legislação

- **Dec-Lei nº 5/2010, de 15/01**
Actualiza o valor da retribuição mínima mensal para 2010
- **Despacho nº 1264/2010, de 19/01**
Aprova a lista de certificados e diplomas que permitem ao docente requerer a certificação de competências digitais
- **Portaria nº 56/2010, de 21/01**
Termina alteração à Portaria nº 550-D/04, de 21/05, que aprova o regime de organização, funcionamento e avaliação dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação
- **Despacho nº 1860/2010, de 27/01**
Estabelece o calendário dos exames nacionais para o ano lectivo 2010
- **Regulamento nº 67/2010, de 28/01**
Regimento do Conselho Nacional de Educação
- **Parecer nº 2/2010, de 9/02**
Parecer sobre o projecto de proposta de Lei que altera a Lei de Bases do Sistema Educativo no que se refere aos ciclos curtos de ensino superior
- **Portaria nº 114/2010, de 25/02**
Suspende a entrada em vigor dos Programas de Língua Portuguesa do ensino básico
- **Declaração Rectificação nº 406/2010, de 2/03**
Rectifica o despacho normativo nº 6/2010, de 19/02 (exames)
- **Despacho nº 3882/2010, de 3/03**
Prorrogação da constituição da Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Desenvolvimento da Autonomia das Escolas
- **Despacho nº 3883/2010, de 3/03**
Constituição da Equipa Multidisciplinar de Ofertas Educativas, Formativas e Projectos

Departamento de Cultura

Qualquer sugestão deve ser enviada para carloscastilho@spgl.pt



PROPOSTA DO TEATRO VILLARET

O Que Faz Falta



A nova direcção do Teatro Villaret apresenta o primeiro espectáculo do projecto que se propõe desenvolver naquele espaço cénico de Lisboa, que nos recorda os tempos do ZIP-ZIP e do saudoso Raul Solnado. Apostando na reflexão em português, a actual direcção do Teatro Villaret perfilha uma ideia de teatro que o define enquanto diálogo com o seu próprio tempo.

O Que Faz Falta É UM MUSICAL COM CANÇÕES DE CHICO BUARQUE, que conta a história da revolta do povo de Fuenteovejuna contra um comendador déspota e violador. Esta é a essência da história de **Lope de Vega** e que se mantém aqui, no essencial, uma história escrita no início do séc. XVII. Em 1600, o povo de Fuenteovejuna revoltou -se contra o comendador... Nos

anos 60 e 70 Chico Buarque lutou contra a ditadura... **Hoje...** que cada um de nós tenha consciência **do que faz falta** para inventar um outro tempo.

Ficha Técnica

IDEIA: Carlos Fragateiro

ENCENAÇÃO: Cláudio Hochman

DIRECÇÃO MUSICAL: Rui Rebelo

ACTORES E MÚSICOS portugueses e brasileiros

DIZ CARLOS FRAGATEIRO que **O Que Faz Falta** quer também mostrar que é possível fazer um teatro de causas capaz de emocionar as pessoas, de as encantar, sem necessidade de fazer cedências ao mau gosto e ao facilismo, um teatro que possa ao mesmo tempo ser elitista e popular. E porque somos uma estrutura independente dos apoios públicos, não estaremos a dar corpo a um acto refundador do teatro em Portugal?

VÁ AO VILLARET COM OS SEUS ALUNOS*

A PREÇO REDUZIDO. TELEFONE E COMBINE O DIA.



Quartas, Quintas, Sextas, Sábados
(sempre às 21H30)

Domingo (às 17 H)

Av. Fontes Pereira de Melo, 30 A
1050-122 Lisboa

TELEFONE: 213538180 / 962199978

mailto:mail@teatrovillaret.com

<http://oquefazfaltamusical.blogspot.com/>

Em cena até meados do mês de Maio 2010

* Redução de 20% em bilhete individual, mostrando cartão de sócio do SPGL.

Protecção na parentalidade (continuação): licença parental inicial a gozar pelo pai por impossibilidade da mãe e licença parental exclusiva do pai

A última rubrica do Consultório Jurídico foi dedicada aos direitos inerentes à parentalidade (maternidade/paternidade), na vertente das modalidades da licença parental. Como então referi, a extensão do regime jurídico da matéria em questão apenas me permitiu abordar duas dessas modalidades (licença parental inicial e licença exclusiva da mãe). Por esse facto, impõe-se que este espaço se destine a dar a conhecer o regime relativo às outras duas modalidades de licença parental ainda não abordadas, a saber: a licença parental inicial a gozar pelo pai, por impossibilidade da mãe, e a licença parental exclusiva do pai (cfr art^{os} 39^o, 42^o e 43^o, do CT).

• Como já foi referido, qualquer dos progenitores têm direito a uma licença parental inicial como a duração prevista no art^o 40^o n^{os} 1, 2 e 3 do Código do Trabalho cujo gozo podem partilhar. O legislador do mesmo Código vem, entretanto, enunciar taxativamente, no seu art^o 42^o, quais as situações em que, no decurso de tal licença, qualquer dos dois pode gozar o período remanescente desta. São elas:

a) “A incapacidade física ou psíquica do progenitor que estiver a gozar a licença enquanto esta se mantiver e

b) A morte do progenitor que estiver a gozar a licença”.

Contudo, para além do pai poder gozar o remanescente do período de licença até ao seu limite máximo, caso tais situações ocorram com a mãe, o legislador veio ainda dispor que, caso estas ocorram, a licença parental inicial a gozar pelo pai tem a **duração mínima de 30 dias**. Este mesmo regime é aplicável no caso de tais circunstâncias

ocorrerem relativamente a mulher não trabalhadora nos 120 dias a seguir ao parto.

Em qualquer dos casos, o pai tem como obrigação informar a entidade empregadora, logo que possível, devendo, conforme o caso, apresentar atestado médico comprovativo da incapacidade ou certidão de óbito e, se for caso disso, informar sobre o período de licença já gozado pela mãe.

€ O regime da segunda das modalidades de licença parental tratadas na presente rubrica encontra-se plasmado no art^o 43^o do CT. De acordo com o mesmo o pai trabalhador tem direito (de exercício obrigatório), a uma licença parental de **10 dias úteis**, seguidos ou interpolados, a gozar nos 30 dias seguintes ao nascimento do filho, sendo que **5 dias** têm que ser gozados imediatamente a seguir ao parto.

Para além do referido período, o pai tem ainda direito a mais a **10 dias úteis** de licença, seguidos ou interpolados, a gozar obrigatoriamente em simultâneo com o gozo da licença parental inicial por parte da mãe.

Caso ocorram nascimentos múltiplos, o pai tem ainda o direito a uma licença de **2 dias**, por cada gémeo além do primeiro, a acrescer às mencionadas anteriormente.

Para efeitos do gozo das referidas licenças, a lei impõe que o pai trabalhador informe o empregador com uma antecedência nunca inferior a **5 dias**.

€ Finalmente, é de referir que a violação dos direitos inerentes a qualquer das modalidades de licença parental legalmente previstas constitui **contra-ordenação laboral grave**, punível, com coimas a aplicar, nos termos do art^o 554^o do Código do Trabalho.